



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

STEPHANIE FERREIRA DOS SANTOS NASCIMENTO

**GÊNERO E DEMOCRACIA: A representação política feminina no
Poder Legislativo de Salvador.**

Cachoeira
2014

STEPHANIE FERREIRA DOS SANTOS NASCIMENTO

**GÊNERO E DEMOCRACIA: A representação política feminina
no Poder Legislativo de Salvador.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.(a). Dr. Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira
2014

STEPHANIE FERREIRA DOS SANTOS NASCIMENTO

GÊNERO E DEMOCRACIA: A representação política feminina no Poder Legislativo de Salvador.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 28 de março de 2014.

Maria Inês Caetano Ferreira – Orientadora
Doutora em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Pós-Doutora em Sociologia pelo CEM-CEBRAP--FAPESP, Pós-Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pelo NEPP-UNICAMP-CNPQ. Professora permanente, Adjunto II, na área de Teoria de Políticas Públicas no curso de Gestão Pública e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Suzana Moura Maia
Doutora em Antropologia pelo Graduate Center, City University of New York, e Pós-Doutora pela Universidade Federal da Bahia.
Professora Adjunto I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no curso de Ciências Sociais.

Denise Maria Quaresma de Viveiros
Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.
Universidade Federal da Bahia, UFBA.

Aos meus amados pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais (Jovelina Ferreira e Edvaldo Nascimento) por me ajudarem a fazer a vida que chamo de minha e por lutarem junto comigo para que este sonho se tornasse realidade.

Aos meus irmãos Ítalo e Évelin e aos meus familiares pelo amor e incentivo.

A República CD. Fernanda, Jenypher e Paloma vocês fizeram dos meus dias longe de casa os melhores possíveis.

As minhas queridas amigas Cássia Carvalho, Iasminni Souza e Marta Lúcia por fazerem da minha vida acadêmica a melhor que eu poderia ter. Seria difícil sem vocês.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação durante o curso, em especial a minha querida orientadora Maria Inês. Esse trabalho não seria realizado sem a sua paciência e dedicação.

“Se a ‘questão feminina’ é tão absurda é porque a arrogância masculina fez dela uma ‘querela’ e quando as pessoas querelam não raciocinam bem.”

Simone De Beauvoir

NASCIMENTO, Stephanie. GÊNERO E DEMOCRACIA: A representação política feminina no poder legislativo de Salvador. 75.Páginas. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

RESUMO

Mesmo após a conquista dos direitos políticos as mulheres continuam sub-representadas no cenário político local, regional, nacional, e internacional. A sub-representação política das mulheres é reflexo das barreiras estruturais e comportamentais existentes que determinam as atividades que devem ser executadas por homens e mulheres. A partir disso, a política de cotas foi introduzida no sistema eleitoral brasileiro como um importante instrumento em prol da participação política feminina. Estudar a representação política sobre as questões de gênero na Câmara Municipal de Salvador é analisar um espaço fundamental para a luta das mulheres pela plenitude dos seus direitos políticos, através da atuação das vereadoras dos partidos da esquerda política soteropolitana. Contemplando as dificuldades da inserção e manutenção dessas no mundo político e uma possível identidade feminista entre elas.

.Palavras-chave: Câmara Municipal, Sub-representação, Mulher, Política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Distribuição da população segundo o sexo (2011).....	19
Gráfico 2- Distribuição de mulheres ocupadas, por grupamento de atividades(2011)	20
Gráfico 3- Rendimento médio real do trabalho das pessoas, por sexo (R\$).....	21
Gráfico 4- Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos, segundo sexo (2011)	21
Gráfico 5- Ordenamento por sexo, eleitorado apto para votar.....	30
Gráfico 6- Proporção de homens e mulheres Deputados(as) eleitos(as) e Senadores(as)	31
Gráfico 7- Filiação a agremiações políticas por sexo	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Proporção de homens e mulheres no Diretório nacional dos Partidos.....	33
Tabela 2- Proporção de homens e mulheres na Executiva Nacional dos partidos.....	33
Tabela 3- Quantidade de candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo	39
Tabela 4- Quantidade de candidatos a vereador eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo	39

LISTA DE ABREVIATURAS

DEM- Democratas

FBPF- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

ONU Mulheres- Organização das Nações Unidas Mulheres

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PDS-Partei des Demokratischen Sozialismus (Partido do Socialismo Democrático)

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP- Partido Progressista

PR- Partido da República

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

UFBA- Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. Mulher: democracia e política no mundo	14
2.1. A divisão sexual do trabalho: A mulher alheia a assuntos políticos.....	17
2.2 O movimento feminista no século XIX e as Sufragetes	25
2.3 O surgimento da ação afirmativa de cotas em prol da participação política da Mulher.	27
3. Mulher: democracia e política no Brasil	29
3.1. As Sufragetes e a conquista do voto feminino no Brasil	34
3.2. O surgimento da ação afirmativa de cotas em prol da participação política da Mulher no Brasil.....	36
4. Mulher: democracia e política na Bahia	38
4.1 A participação da mulher baiana nas esferas do poder local da cidade de Salvador (2009-2012).....	40
5. Metodologia	41
Resultados da pesquisa de campo	45
Entrevista com a Vereadora 1	45
Entrevista com a Vereadora 2	50
Entrevista com a Vereadora 3	54
6. Análise das entrevistas	60
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
APÊNDICE 1- Roteiro de Entrevista	70
REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o modo de participação das mulheres dos partidos de esquerda no processo eleitoral e também o exercício da vereança no poder legislativo da Cidade de Salvador, no período de 2009 a 2012. Para tanto são consideradas as seguintes discussões: a identidade feminista entre as vereadoras; as possíveis limitações nos partidos políticos à candidatura feminina; os obstáculos no processo de candidatura das vereadoras e as dificuldades para a atuação delas na Câmara Municipal de Salvador.

Por muito tempo as mulheres estiveram alheias da possibilidade de participar da vida pública, das esferas de decisão política do Estado e da esfera pública. Só a partir do final do século XIX, essa realidade se transformou e as mulheres passaram a ser reconhecidas como cidadãs ao obterem o direito ao sufrágio. Porém, no Brasil esse direito só foi conquistado em 1932. A primeira mulher só foi eleita em 1934. Ela se chamava Carlota Pereira Queiroz, eleita primeira deputada federal do Brasil.

Desde o início do atual processo de democratização do nosso País, tem havido tentativas de qualificar o processo democrático a fim de torna-lo mais inclusivo à participação de grupos historicamente excluídos dos processos decisórios, entre eles as mulheres.

Os partidos de esquerda foram os grandes questionadores das teorias liberais. As cotas eleitorais questionam a política liberal que prega o indivíduo como exclusiva unidade política legal e que caracteriza uma igualdade formal entre os cidadãos. A plenitude dos direitos individuais e políticos que foi prometido pelo liberalismo e pela democracia, e que nunca foram cumpridos.

A partir do ano de 1997, foi tomada a iniciativa de real inclusão das mulheres no exercício do poder no mundo político, pois é visto que não existe igualdade plena entre homens e mulheres, e esse processo de consciência/reparação da opressão social acontece através da criação de uma política afirmativa estabelecida pela Lei 9.504/97 que determina a cota eleitoral de gênero.

Não podemos desconsiderar os obstáculos e limitações colocados às mulheres nos partidos políticos, no processo de candidatura e no exercício da vereança, mesmo sabendo que alguns partidos já tomaram medidas inovadoras. Exemplos dessas medidas é a cota mínima para as

mulheres nas instâncias de direção partidária. Esse é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual tem reserva de cotas de 30% para as mulheres nas instâncias de direção partidária, a fim de manter a equidade dentro do partido. O apoio do partido no processo de candidatura e no exercício da vereança pode ser fundamental para a eleição à vereadora. Para uma atuação mais efetiva durante o mandato político dessas mulheres, o apoio serve para ultrapassar o preconceito não só dentro das agremiações políticas, mas dentro da sociedade como um todo.

Este trabalho aborda o feminismo como uma ideologia política fundamental para a construção da identidade política das mulheres, já que é necessária a existência de uma identidade feminista entre as vereadoras, pois a presença de mulheres feministas em arenas representativas é extremamente importante para a melhoria de vida das próprias mulheres através da defesa dos seus interesses, elaboração de políticas públicas e projetos de lei que proporcione uma maior condição de igualdade. A representação deve ter um caráter de pertencimento, tanto para quem representa, quanto para quem é representado, afim de que essa representação desperte o interesse das mulheres para a luta da consecução dos seus direitos. Desta maneira é fundamental saber como a construção social das diferenças fundada no fenômeno biológico, se expressa ou não pelas vereadoras da cidade de Salvador.

Desta forma as questões levantadas são centrais na proposta deste trabalho que visa compreender o processo da representação política das mulheres dos partidos da esquerda política no Poder Legislativo de Salvador.

2. Mulher: democracia e política no mundo

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos têm o direito de fazer parte do governo de seu país. O empoderamento, autonomia, melhoria da condição social, econômica e política das mulheres são fundamentais para a existência de um governo transparente e responsável. As relações de poder que impedem as mulheres de liderarem suas vidas podem ser encontradas em qualquer nível da sociedade, em um ambiente público ou privado.

Com base em TABAK e TOSCANO (1982, p. 59) “Entendemos sob o conceito de participação feminina na política toda atividade da mulher ligada à esfera da ‘coisa pública’, quer no plano do governo quer no plano de entidades outras que desenvolvem funções de caráter coletivo”.

A participação da mulher no desempenho de papéis sociais e no cumprimento de certas funções que refletem a vontade de pertencer a determinado grupo é de fundamental importância na democracia. Democratização de uma sociedade é o resultado de um grande processo de mudanças que ocorrem ao serem igualados os grupos socialmente desprivilegiados de direitos, aos indivíduos que gozam da sua efetiva cidadania como mostra DAHL (2005, p. 25), “o termo ‘democracia’ é usado para um sistema político que tenha, como um de seus atributos, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os cidadãos.”.

Há algum tempo atrás a diplomacia era, na prática, composta por homens que negociavam os próprios interesses com outros homens, enquanto as mulheres ficavam fora dos processos de tomada de decisão. Foi a partir do século XIX, que o movimento feminista ganhou força e as mulheres passaram a contestar a ordem vigente e começaram a exigir a sua atuação no processo de participação e decisão na vida privada e pública. Aqui entendemos o feminismo como:

[...] uma ideologia política, é elemento crucial na construção de identidades políticas femininas porque é um conjunto estruturado de idéias que guia a ação política. É a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade que os homens; a convicção

de que isto é resultante da situação de desigualdade estrutural das mulheres na sociedade, e do reconhecimento de que são necessárias soluções grupais, resultantes da ação coletiva, para a mudança em termos estruturais.(TREMBLAY; PELLETIER, 2000 apud AVELAR, 2002, p. 24).

Mesmo com a conquista dos direitos políticos as mulheres por muitas vezes acabam vivendo através de um mito da igualdade. Sabemos que atualmente as conquistas políticas por parte delas vêm avançando. A política mundial conta com nomes relevantes como, por exemplo: A Chanceler alemã, Ângela Merkel, que lidera a maior economia da União Europeia e está à frente das decisões políticas e econômicas na zona do euro e Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir a Presidência da maior economia da América Latina. Entretanto, esses podem ser considerados casos isolados que nos dão a sensação de existir uma igualdade entre homens e mulheres, pois mesmo as mulheres constituindo de pelo menos metade do eleitorado em muitos países e ter conquistado o direito de votar e ocupar cargos políticos, elas ainda continuam sub-representadas.

O que existe é o mito de uma igualdade plena que acaba sendo desconstruído a partir do momento em se tem a consciência da opressão social, no qual uns são tratados com menos igualdade do que outros. A igualdade formal é diferente da igualdade real. O mito da cidadania universal esconde as reais desigualdades, a opressão e as desvantagens sociais econômicas e políticas sofridas pelas mulheres.

Em dados publicados pela União Interparlamentar (2013), com pesquisa feita em 188 países foi constatado que a proporção média de deputadas é de 21,7%, e a de senadoras é de 19,4%. Na frente estão os Países Nórdicos onde 42% dos parlamentares são mulheres e é no Pacífico onde se encontra a menor proporção, apenas 15,4%. A Europa tem a proporção de 22,7%, a Ásia 18,5% e nas Américas 24,9%. Se analisarmos alguns países separadamente encontraremos a Ruanda com a maior quantidade de parlamentares do sexo feminino, 56,6% ocupam lugar na câmara de deputados e 38,5% no senado, seguida pela Andorra, com 50% ocupando a única casa. O Brasil ocupa a 121ª posição, com a proporção 8,6% de deputadas e 16% de senadoras e os Estados Unidos a 80ª posição, com 17,8% das mulheres ocupando a casa baixa e 20% a casa alta/senado. Assim podemos perceber que a sub-representação das mulheres na política não é um fato isolado, mas algo que acontece no mundo todo.

Com o intuito de acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres foi criado em 2010, a Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres) que tem a ex-presidenta chilena Michelle Bachelet como subsecretária e diretora executiva.

A Participação igualitária das mulheres nas tomadas de decisões não é somente uma questão que envolve justiça ou democracia, mas também pode ser visto como uma forma necessária para que os interesses das mulheres possam ser levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação das suas perspectivas em todos os níveis de tomada de decisão, os objetivos de igualdade e fortalecimento da autonomia não serão alcançados.

Em evento da ONU Mulheres realizado sobre a participação política das mulheres no ano de 2011, na cidade de Nova Iorque, Michelle Bachelet declarou em seu discurso que: “Estamos ligados por um objetivo comum: abrir o caminho para a participação das mulheres em todas as decisões que afetam o desenvolvimento do nosso mundo, no âmbito mundial, regional, nacional e local [...] Ao fazer pleno uso de metade da inteligência do mundo (a inteligência das mulheres) podemos melhorar nossas chances de encontrar soluções reais e duradouras para os desafios que nos confrontam”.

Segundo a ONU Mulheres, estima-se que as mulheres são menos de 10% dos líderes do mundo e, mundialmente menos de um em cada cinco deputados dos parlamentos nacionais é mulher. E o contingente de 30% de representação feminina nos parlamentos nacionais foi alcançado em apenas 28 países.

A baixa quantidade de mulheres em posição de liderança política nos níveis local, nacional, regional e internacional é reflexo das barreiras estruturais e comportamentais existentes e que precisam ser revistas através de medidas que proporcionem uma maior participação feminina. A distribuição igualitária do poder de tomada de decisões, em todos os níveis, depende dos governos e de atores que realizem a análise de gênero e que incorporem essa perspectiva na formulação e implementação de políticas. Por gênero aqui se entende:

[...] a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as

diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida. (SCOTT, 1994, p. 13 apud CARVALHO, 1998, p. 401).

Essas políticas devem ter como intuito estabelecer meta de equilíbrio de gênero nos órgãos governamentais e entidades da administração pública. Medidas que incluam incentivos aos partidos políticos para integrar as mulheres em cargos eletivos e não eletivos na mesma proporção e nos mesmos níveis que os homens; proteger e promover os direitos iguais de homens e mulheres se envolverem em atividades políticas, e à liberdade de associação, incluindo a filiação em partidos políticos e sindicatos. Dentro dos partidos políticos é de suma importância considerar o desenvolvimento de iniciativas que possibilitem as mulheres de participarem plenamente em todas as estruturas de formulação de políticas internas e processos eleitorais a fim de ser consagrada a democracia onde os interesses sociais, econômicos e políticos mundiais sejam decididos com equidade por homens e mulheres.

2.1. A divisão sexual do trabalho: A mulher alheia a assuntos políticos

A inserção dos homens e mulheres no mercado de trabalho ocorreu e ocorre de formas diferentes. Durante muitos anos o direito ao trabalho escolhido livremente era negado para algumas classes sociais, principalmente para as mulheres, as quais viviam em função do lar, sendo que algumas ainda vivem. Por mais que as mulheres tenham conquistado espaço no mercado de trabalho remunerado, há décadas as desigualdades ainda se fazem presentes em vários setores da sociedade, inclusive no mundo político, onde segundo as próprias mulheres, várias barreiras existem para o exercício da cidadania plena que não se prende apenas no direito ao voto e outros direitos formais, mas a cidadania que propicia a participação dos que antes estavam excluídos da vida política.

O direito civil básico que é o direito ao trabalho, escolhido livremente, foi durante muito tempo negado pela lei e pelo costume, sendo comuns leis que

destinavam certas ocupações a certas classes sociais, os empregos sendo destinados a alguns habitantes, mas não a outros, em conformidade com os regulamentos locais. As restrições eram de tal monta que, em nome do desenvolvimento da produção, julgou-se necessário mudar as leis, revogando-as, pois eram verdadeiros obstáculos à prosperidade e à liberdade dos súditos (MARSHALL, 1966, p.67).

As mudanças que aconteceram no início do século XIX foram destinadas apenas aos homens que haviam conquistado um status. Mas, às mulheres era negado usufruir de tal direito, pois, tinham um status que dependia da família. É na família burguesa que se deu uma clara divisão dos papéis exercidos entre os homens e as mulheres. Homens trabalham fora e as mulheres cuidam do lar.

ENGELS e MARX defendem que o casamento burguês reproduz os conflitos e as contradições da sociedade burguesa, a exploração da mulher é resultado da sociedade capitalista. Dentro do lar, as mulheres são o principal exército de reserva de mão-de-obra e o trabalho doméstico não pago é uma exploração que reduz as mulheres a objetos sexuais e a um papel de simples consumidoras.

[...] a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas as outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica, pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade. (MARX; ENGELS, 1970, p. 47 apud MORAES, 1996, p. 14).

O tempo passou e as mulheres lentamente vêm conquistando seu espaço no mercado de trabalho, fenômeno que fica a aquém das expectativas do gênero. A divisão sexual do trabalho reflete também na qualidade das ocupações e vagas do setor formal e informal do mercado de trabalho, principalmente quando se trata de desigualdade salarial. Por mais que as mulheres

apresentem maior qualificação profissional e anos de estudos superiores aos dos homens seus salários são significativamente inferiores.

Em pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografias e Estatística (IBGE) (2012), na população com mais de 10 anos as mulheres eram maioria, cerca de 53,7%. Porém, era minoria 45,4% na população ocupada. A presença feminina também era maior na população desocupada 57,9% e na população não economicamente ativa 63,9%. Em média as mulheres totalizavam 11,0 milhões de pessoas na força de trabalho, sendo, 10,2 milhões ocupadas e 825 mil desocupadas. Na inatividade, elas eram 11,5 milhões.

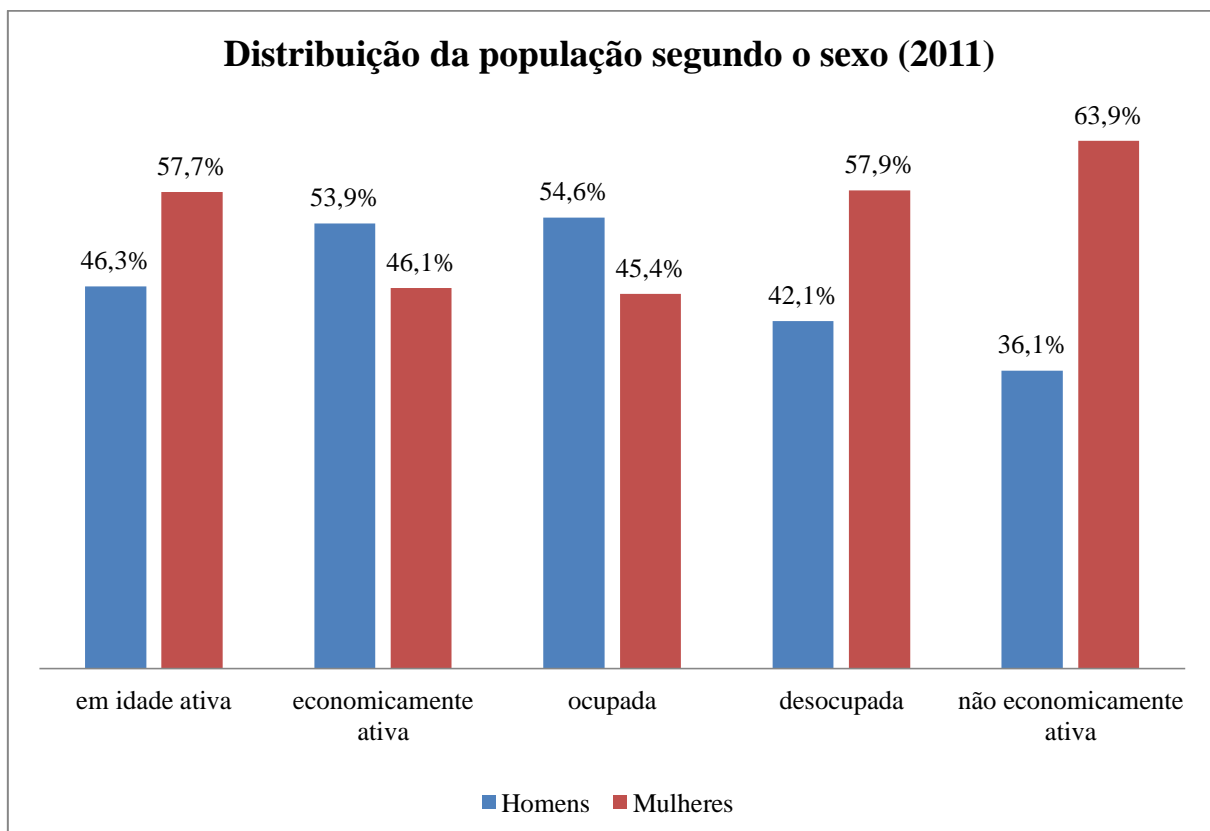


Gráfico 1-Distribuição da população segundo o sexo 2011

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

Na mesma pesquisa é possível visualizar que a maioria das mulheres ocupadas atua na administração pública 26,2% e a minoria, 1% na construção civil.

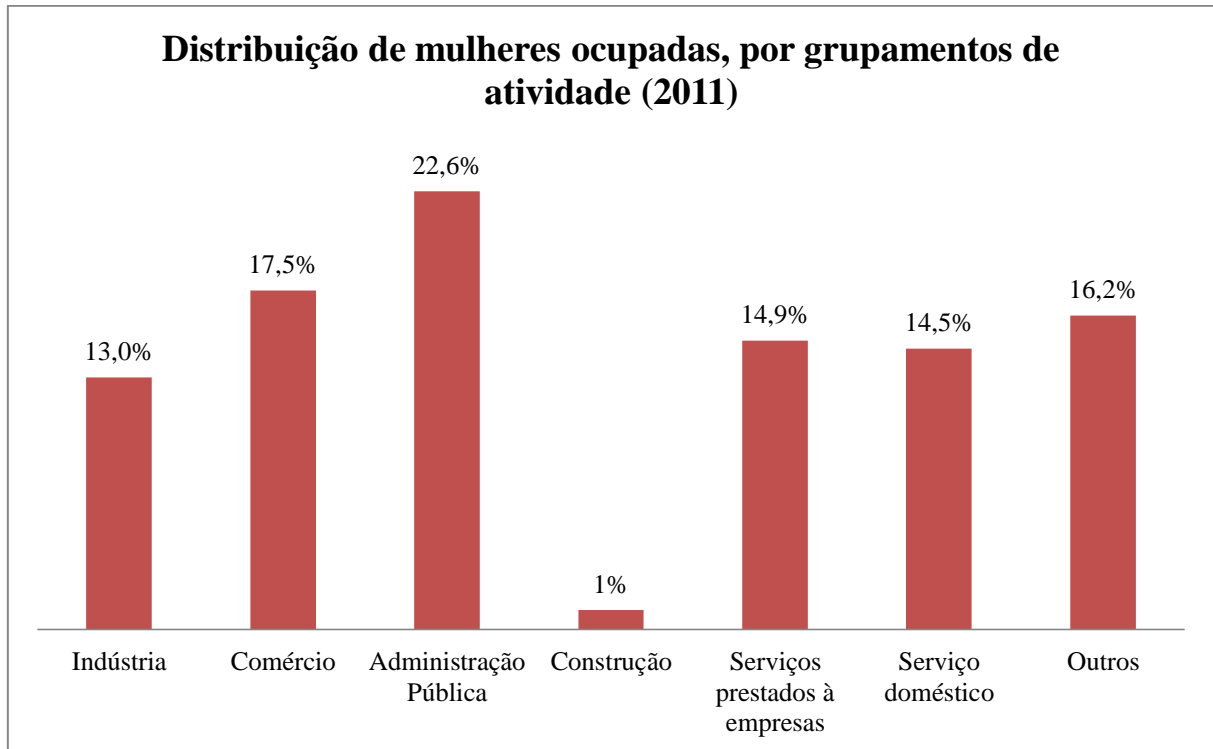


Gráfico 2- Distribuição de mulheres ocupadas, por grupamento de atividade (2011).

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

É perceptível, através dos dados apresentados abaixo a disparidade da relação salarial entre homens e mulheres, elas recebem 72,3% do que recebem os homens, a média salarial é de 1.343, 81 reais para elas, e para os homens 1.857,63 reais. Independente do grau de instrução escolar as mulheres continuam recebendo menos do que os homens, porém em uma situação de extrema diferença de grau de escolaridade a disparidade de rendimentos é menor. A proporção de remuneração de homens com mais de 11 anos de estudos é 69,2% em comparação com as mulheres com o mesmo grau de instrução.

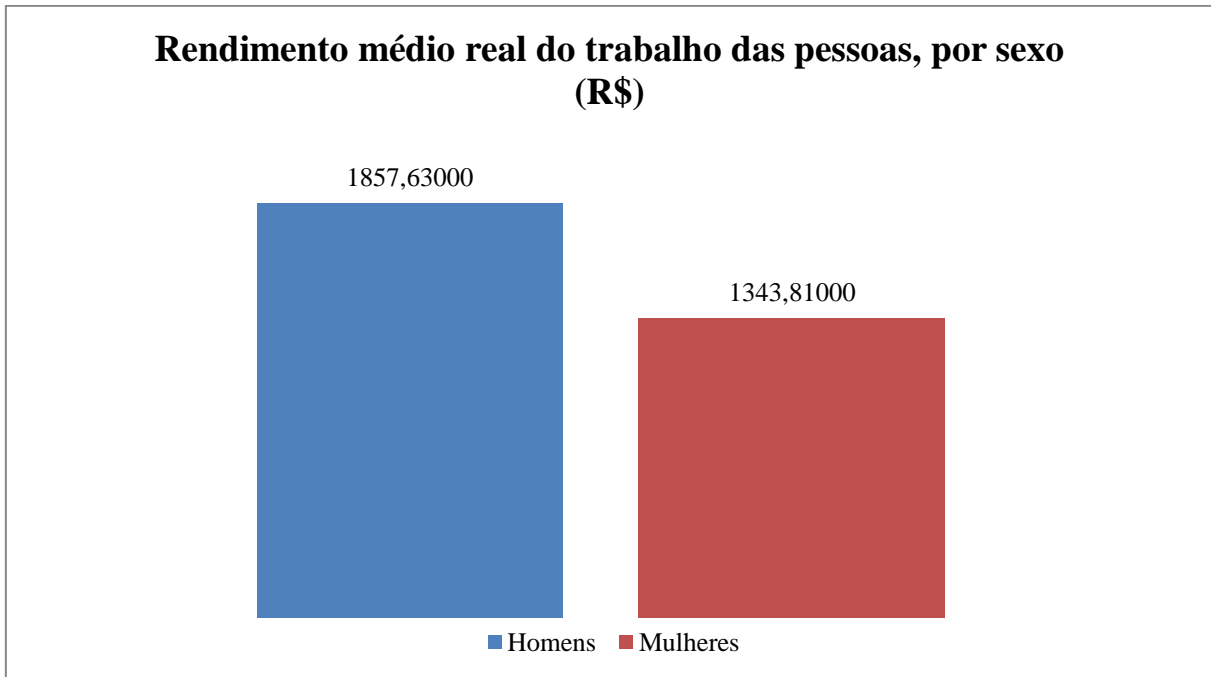


Gráfico 3- Rendimento médio real do trabalho das pessoas, por sexo (R\$).

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

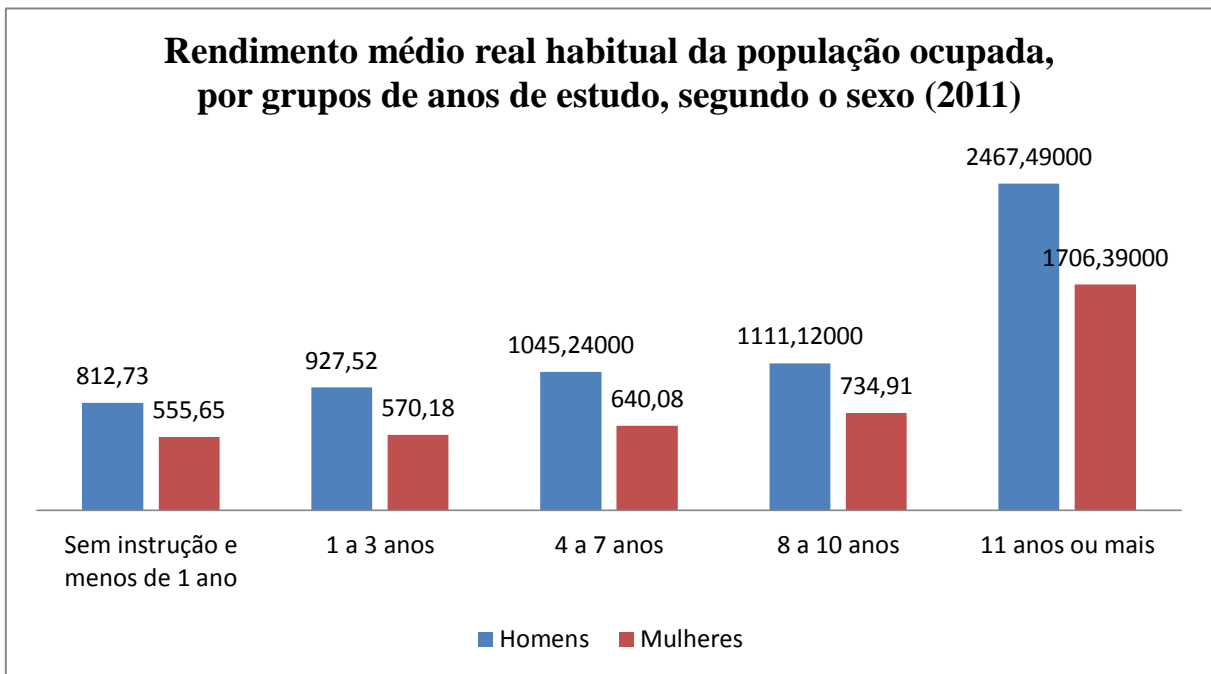


Gráfico 4- Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos, segundo sexo (2011).

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

Dos 11,5 milhões de mulheres consideradas inativas muitas são contabilizadas como donas de casa, essas estão voltadas para o lar, o seio da família, família essa que geralmente tem uma hierarquia altamente patriarcal. A mulher em nosso país ainda é um ser privatizado, que se

expressa muitas vezes apenas dentro da casa ou então prefere calar-se ao ter que tornar a sua fala pública. É a divisão sexual do trabalho que determina a valorização diferenciada de tarefas e papéis que inferioriza as mulheres nos espaços de poder considerados menos importantes. Aquilo que é feito pela mulher é desvalorizado, a questão da privação da mulher para executar certos trabalhos passa pela concepção antiquada da existência de trabalhos masculino e femininos, a determinação de papéis sociais que pode ser atribuída através do sexo.

Nos mercados de trabalho, como em outras áreas (por exemplo, nos sistemas educativos), distinguem-se, no mínimo, três formas de discriminação: a direta ou manifesta, a indireta ou encoberta e a auto discriminação. A direta ou manifesta refere-se às regras e códigos instituídos para salvaguardar espaços de poder, ou seja, a exclusão explícita de um grupo social, em função de seu sexo/ gênero, raça/etnia, religião, idade, nacionalidade, entre outros aspectos. Tem como consequência a manutenção dos membros de um determinado grupo em situação desvantajosa ou desfavorável. [...] A discriminação encoberta ou indireta consiste em idéias e práticas admitidas informalmente, influenciando um comportamento “usual” e “válido” para cada grupo social. Estas práticas, que parecem neutras, criam desigualdades entre pessoas com condições idênticas por sua raça/etnia, sexo/gênero, idade, religião, nacionalidade, entre outros aspectos. [...] a auto discriminação. É uma espécie de vigilância internalizada que assegura o comportamento de acordo com os parâmetros delimitados pela manifestação encoberta ou indireta. Constitui-se de mecanismos internos de repressão que modelam nossos desejos, expectativas, anseios e motivações, de forma que algumas opções educacionais ou profissionais tornam-se impensáveis e outras fortemente orientadas ou condicionadas. (YANNOULAS, 2002, p.17)

No Brasil o direito à igualdade está resguardado pelo Código Civil, Penal e Trabalhista , assim como a discriminação foi proibida por normas internacionais como a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1979 sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 100, de 1951, e nº 111, de 1958, sobre igualdade de remuneração e sobre eliminação da discriminação no emprego e na profissão.

Mesmo com todos os aparatos legais e administrativos que asseguram à igualdade, a divisão sexual do trabalho ainda pode ser presenciada em várias áreas. No campo político não é diferente, a política partidária é muitas vezes vista como ‘um negócio de homens no qual não

existe espaço para aquela que, segundo o ponto de vista autoritário e machista, deveria cuidar do lar.

O processo de exclusão das mulheres das esferas do poder político é tão generalizado que nem mesmo as debilidades do movimento de mulheres no nosso país podem ser invocadas como determinantes para sua pouca presença nos espaços de poder. O quadro do parlamento de alguns dos países industrializados onde o feminismo se constitui como força muito mais organizada que no Brasil é um dado para a reflexão sobre a necessidade de políticas específicas, para romper com a quase exclusividade masculina nestas esferas” (GODINHO, 1996, p. 149).

A baixa participação das mulheres na vida política está ligada a questões familiares, questões pessoais, aos sistemas econômicos, os partidos políticos, os regimes políticos e ao grau de tradição religiosa. O primeiro é considerado uma das principais questões é o que está ligado aos valores sociais referentes ao papel desenvolvido por homens e mulheres.

[...]à socialização entre homens e mulheres, em cuja base encontramos o aprendizado dos papéis ligados ao sexo. Os valores de uma ‘cultura feminina’ e de uma ‘cultura masculina’ implicarão escolhas futuras, a partir de um conjunto organizado de referências que acabam sendo incorporadas aos componentes da personalidade dos indivíduos. Os valores são, também, concepções amplas que diferenciam indivíduos e grupos, com forte influência nos significados e nos fins da ação. (SIMPSON, 1980 apud AVELAR, 2002, p. 152).

Os valores com relação à política transformam-se em preferências que foram internalizadas e que em algum momento serão externalizadas nas atitudes e opiniões políticas. Desta maneira, a responsabilidade de despertar valores cabe ao processo de educação. Educar meninos e meninas de que o mundo da política pertence a ambos e que as decisões tomadas a partir dela são do interesse de todos. Não podemos classificar homens e mulheres e qualificar apenas homens para o mundo político enquanto a família e o mundo privado pertencem às mulheres.

Essa se torna uma forma de discriminação que exclui a mulher das práticas de cidadania e do mínimo poder de articulação social para a conquista dos seus interesses.

[...] o processo de socialização política das meninas (e dos meninos) começa em casa, na família, continua a ter lugar em diferentes tipos de instituições sociais – creches, jardins de infância, escolas, etc. Tal processo continua a ser baseado, frequentemente, na diferenciação sexual, o que significa uma definição tradicional de sexo e papéis sexuais, o que certamente irá influenciar a determinação posterior de papéis desempenhados na sociedade. (TABAK, 2002, p. 104)

O tipo de família também pode ser considerado um fator que afasta a mulher da política. Um exemplo disto são as famílias nucleares com papéis definidos. Segundo AVELAR (2002, p. 153), “Com o casamento, a mulher amplia o campo de suas atividades domésticas, assumindo outras responsabilidades que irão demandar mais tempo e energia. Com a maternidade mais ainda, tempo e energia torna-se cruciais na vida da mulher”.

Não ter acesso aos recursos econômicos pode explicar o distanciamento das mulheres em relação à política. O alto grau de escolaridade, o prestígio profissional, e a alta posição socioeconômica podem ser facilitadores à ascensão política. Por isso, geralmente as mulheres estão afastadas do mundo político devido à divisão sexual do trabalho; o tempo e energia gastos com a família refletem na limitação ao acesso à elite política. Porém, as mulheres podem entrar na política através da base, adquirindo assim uma consciência de classe e força política por meio de redes de contatos.

Outro fator cultural serve como forma de controlar a participação política das mulheres, o forte tradicionalismo religioso pode levar a esse controle, pois muitas vezes a religião é responsável por estabelecer normas sobre o papel do homem e da mulher. Como por exemplo, o cristianismo que é à base da nossa civilização. A mulher é mostrada como um presente, que nasce com a função de fazer companhia ao homem.

Assim, a mulher veio cumprir seu papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; já nasceu dependente dele, veio da sua costela não como sujeito individual que pudesse ter idéias próprias, decidir, ser autônoma, mas com a doçura e a candura de quem está pronta para servir ao seu senhor (LOPES, 2010, p.98).

As estruturas do Estado podem impactar negativamente sobre a representatividade feminina, por conta de alguns mecanismos da democracia. A sub-representação das mulheres na elite política é uma das maiores barreiras enfrentadas por elas. Uma política de presença não é suficiente quando se trata da representação de grupos sociais específicos, como o é o caso das mulheres. Dessa forma, se faz necessário um aperfeiçoamento da democracia a respeito de um entendimento da representação de perspectivas sociais pautada em um processo de envolvimento entre eleitores e representantes, estabelecendo uma relação de pertencimento entre quem representa e quem é representado.

Geralmente a relação entre organizações de mulheres/grupos feministas e partidos políticos pode ser difícil. Esses grupos e organizações acusam os partidos de não apoiarem as demandas específicas levadas pelas mulheres. Logo, não priorizam as demandas das mulheres nas campanhas eleitorais, programas e plataformas.

A política consiste em um jogo de interesses, o qual para ser vencido é necessário a construção de uma identidade grupal. Pois, a política é construída a partir do conjunto de necessidades dos indivíduos. Um agrupamento de iguais com objetivos em comum. A união das mulheres é de extrema importância para a participação feminina efetiva. Mais mulheres no poder fazem diferença para a vida de outras mulheres a partir da elaboração de políticas públicas para o segmento, proporcionando mudanças efetivas que prezem pela equidade de gênero, principalmente se essas tiverem um pensamento feminista.

2.2 O movimento feminista no século XIX e as Sufragetes

A Revolução Francesa foi o cenário no qual pela primeira vez as mulheres se apresentaram como sujeito político. No final do século XVIII, houve uma movimentação contra a posição marginalizada, reivindicando real participação na sociedade.

Em pouco tempo, as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis nos direitos civis; e nos costumes, era a liberação da mulher em quase todos os sentidos. Mas essa liberação tem limites: não chega à estrutura do poder. À mulher, é concedida a autonomia civil, mas não a autonomia política, a cidadania. A igualdade só é possível na sociedade e no matrimônio, mas o poder político continua pertencendo exclusivamente aos homens. É necessário manter a prerrogativa patriarcal. As mulheres conseguem penetrar no espaço da Revolução, mas não logram transformá-la de fato. (COSTA, 1998, p. 65)

O feminismo como é conhecido hoje, começa a ser moldado na Inglaterra e Estados Unidos no final no século XIX. O movimento tinha como foco original a promoção da igualdade com relação aos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres, a luta contra o casamento arranjado e a posição das mulheres casadas que eram tratadas como propriedades dos seus maridos. Porém, a conquista de poder político, especialmente o direito ao sufrágio, foi que passou a encabeçar a luta das mulheres. Surgiram então, as sufragetes, mulheres que ficaram conhecidas por promoverem grandes manifestações em prol dos direitos políticos femininos em Londres. As sufragetes promoviam grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes e faziam greves de fome.

Em 1893, o direito ao voto foi conquistado na Nova Zelândia. Na Austrália a conquista do voto ocorreu em 1902. Na Europa o primeiro país em que as mulheres obtiveram o direito ao voto sem restrições foi à Finlândia em 1906, no Reino Unido isso só ocorre em 1918. Nos Estados Unidos o direito ao voto para as mulheres se expandiu aos poucos. Somente em 1919, o voto passa a ser um direito de todas as americanas e em 1916, foi eleita a primeira mulher no Estado de Montana.

O Equador foi o primeiro país da América latina onde as mulheres poderiam votar em 1929. Na Argentina isso só ocorre 18 anos depois, em 1949. As brasileiras passaram a ter os seus direitos políticos por meio do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

As sufragetes foram de grande importância para o movimento feminista mundial, o direito político das mulheres só foi efetivado por conta das lutas travadas no decorrer dos anos. Hoje, os focos do movimento feminista contemporâneo são outros, como: a luta contra todos os

tipos de violência à mulher, por maiores índices de participação política, pela liberdade sexual e reprodutiva, acesso à saúde, educação e outros. Questões essas tão importantes que refletem na qualidade de vida das mulheres.

2.3 O surgimento da ação afirmativa de cotas em prol da participação política da Mulher

A ideia de direito individual é a principal bandeira do Estado liberal. Nessa filosofia é difícil existir espaço para a ideia de “direitos coletivos” já que o direito é algo individual. Mas é através de políticas públicas de ação afirmativa que se pode garantir a consecução dos direitos de grupos desfavorecidos.

A ação afirmativa é uma modalidade de política pública que tem por objetivo eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e desigualdade social. (SANTOS, 1999, p. 25).

Diante dessa concepção, podemos analisar a importância da introdução das cotas eleitorais em prol da participação política da mulher. Segundo MIGUEL (2000, p. 92) “[...] não pode estar certo que metade da população seja representada por apenas 5% dos membros do Congresso”.

As mulheres foram durante décadas representadas por homens. A sub-representação pode ser considerada um problema, pois as demandas das mulheres acabam sendo ignoradas na agenda política. Como já foi apresentada neste trabalho, a sub-representação não é um fenômeno isolado, mas algo de relevância mundial. E os fatores que afastam as mulheres da política são questões familiares, pessoais, dos sistemas econômicos, de partidos políticos, de regimes políticos e do grau de tradição religiosa como já explanado anteriormente.

Em quase todos os países, independentemente de seus sistemas políticos e do nível de seu desenvolvimento econômico, são poucas as mulheres que ocupam posições de destaque no processo de decisão política. O fato de que existam algumas mulheres Primeiro Ministro ou Chefes de Estado apenas confirma a regra, em virtude sua excepcionalidade. (TABAK, 2002, p. 84)

A Lei Internacional de Direitos Humanos, de 1948, e a Convenção da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os Direitos Políticos da Mulher, de 1954, asseguraram o princípio da igualdade política entre os sexos. A ONU tinha como meta promover a derrubada dos impedimentos legais à participação política feminina. Não existia nenhum instrumento legal que pudesse promover diretamente a presença das mulheres nos postos de representação de poder, o objetivo era apenas a expansão dos direitos políticos.

Em 1979, a ONU aprovou um acordo que promove medidas afirmativas e cria uma agenda voltada para o combate da discriminação e promoção da igualdade entre homens e mulheres. Até o ano de 2007, esse acordo era aceito por 185 países, inclusive o Brasil.

A política de cotas é uma ação afirmativa que surge por conta da desigualdade social existente entre homens e mulheres. As cotas podem até ir contra a uma visão de igualdade convencional, ligada à concepção de direitos e deveres iguais independente dos problemas sociais dos indivíduos. Porém, uma política de ação afirmativa tem a ver com a intervenção sob a sociedade, a fim de corrigir as desigualdades de oportunidades de gênero.

As cotas passam a ser adotadas pelos partidos políticos europeus por volta do ano de 1980, e se tornaram parte da cultura política nacional de muitos países.

O Partido Verde e o PDS (ex-Partido Comunista) na Alemanha adotaram cota mínima de mulheres de 50%, os partidos social democratas na Alemanha Suécia e Dinamarca assim como o PDS na Itália têm hoje uma cota mínima por sexo de 40%, na Noruega o Partido Socialista de Esquerda e o Partido Verde instituíram cota mínima de 50%, e o Partido Social Democrata de 40%. (LANG, 1989 apud GODINHO, 1996, p. 148).

O primeiro país da América Latina a implantar o sistema de cotas no legislativo é a Argentina, em 1991, assegurando no mínimo 30%, das listas dos partidos para as mulheres. Logo depois, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, República Dominicana, Chile, Cuba, Costa Rica, Panamá e Venezuela aprovam legislações que garantem ou encorajam a participação das mulheres em cargos decisórios, seja nas listas eleitorais, nos órgãos públicos ou nos partidos políticos. (VAZ, 2008, p. 42-43)

Com base em DAHLERUP (2005, p. 142-143), existem basicamente três tipos de cotas:

- A primeira é cota para candidatos, que consiste em especificar uma porcentagem mínima de candidatos que devem ser mulheres na lista eleitoral dos partidos políticos. Esse tipo pode ser determinado por leis eleitorais ou pela legislação interna dos partidos.
- A segunda é a cota por reserva de assentos, que determina certo número de assentos para a ocupação feminina. São especificadas pela constituição ou pela legislação eleitoral. A reserva de assentos para mulheres pode ser através de eleição ou de nomeação.
- A terceira é a cota por neutralidade de gênero, organizada de forma que não privilegie nem homens e nem mulheres. O Brasil é um exemplo de adesão a essa cota, aqui está fixado que nem homens ou mulheres podem ocupar mais de 70% e menos de 30% das vagas referentes em cada um dos sexos nas listas eleitorais dos partidos políticos.

3. Mulher democracia e política no Brasil

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral(TSE) em 2012, 51,909% do eleitorado apto para votar era do sexo feminino o que significa 72.877.463 milhões de mulheres constituem a maioria quantitativa de votos das eleições brasileiras. Entretanto, essa quantidade não é suficiente para despertar a força qualitativa do poder do voto, a fim de buscar uma igualdade de gênero nos cargos de decisão política.

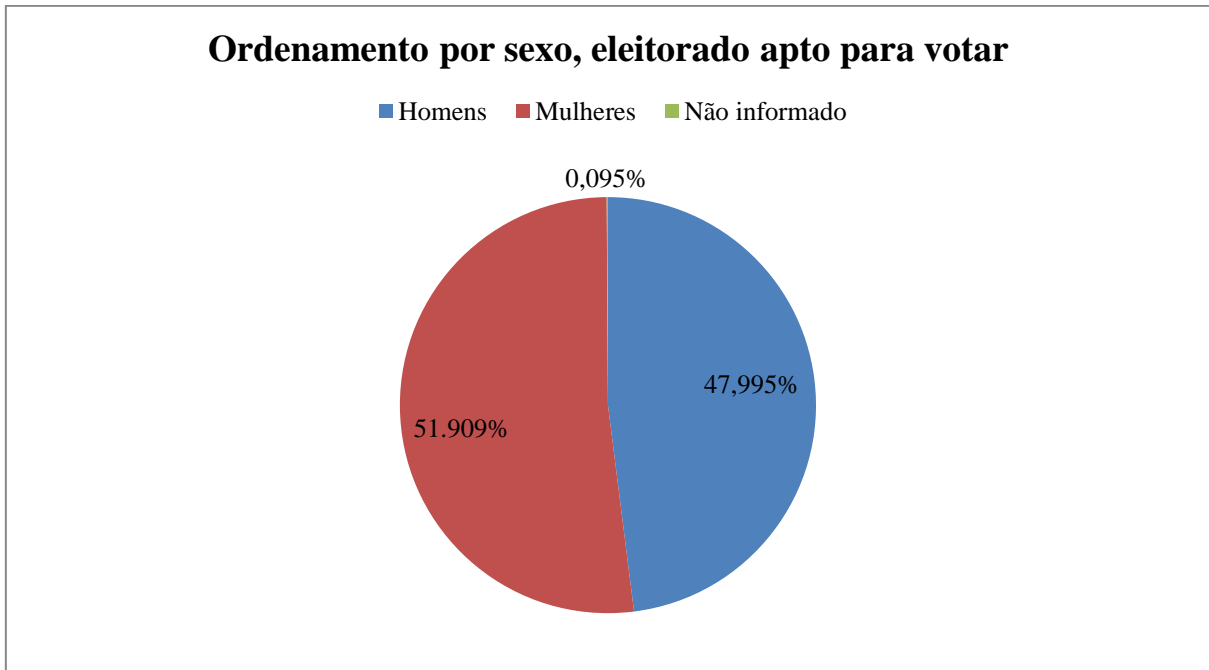


Gráfico 5- Ordenamento por sexo, eleitorado apto para votar.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral em (2012)

O número de mulheres nas esferas de decisão política no cenário brasileiro ainda é muito pequeno em relação aos homens. Segundo a União Inter Parlamentar (2013), no ano de 2010 as deputadas brasileiras somavam 8,58%, do total de deputados eleitos. A eleição de 2010 foi a primeira realizada após as alterações eleitorais destinadas a promover a participação política das mulheres através da política de cotas. Já no Senado as mulheres ocupam um espaço um pouco maior, 16,05%, porém, um número ainda insuficiente para se fazer representadas as demandas sociais do gênero.

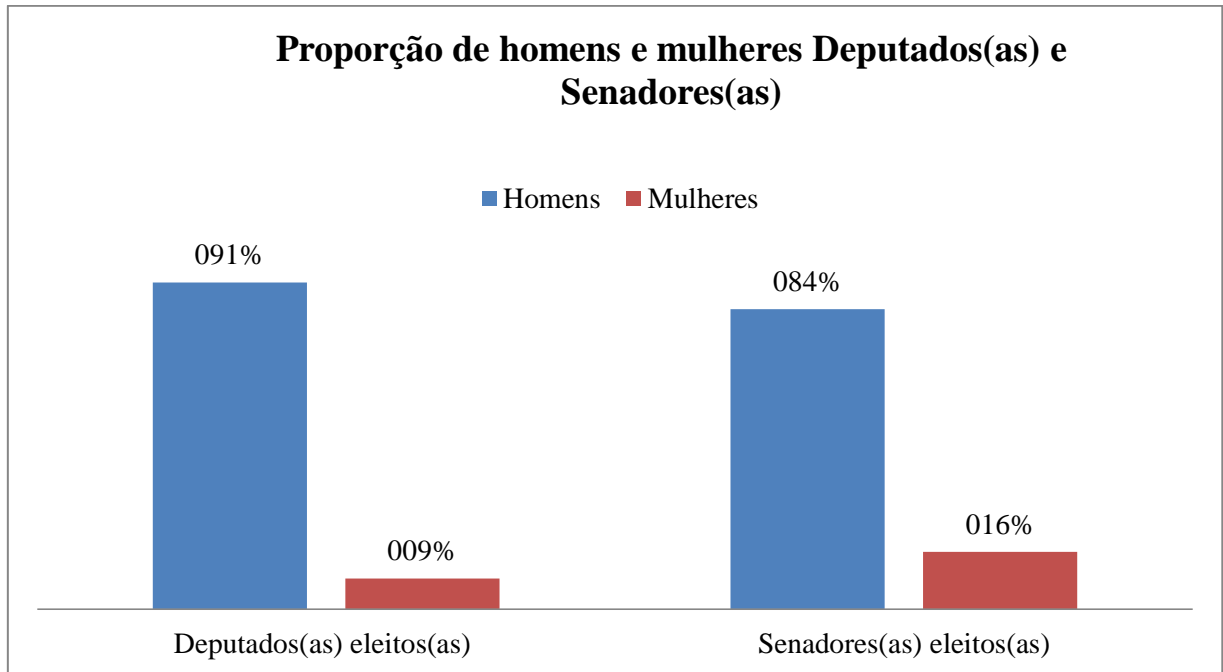


Gráfico 6- Proporção de homens e mulheres Deputados (as) eleitos (as) e Senadores (as)
 FONTE: União interparlamentar (2010).

Em grande parte as demandas dos homens coincidem com as das mulheres. Entretanto, elas dependem mais de alguns serviços do que os homens, como: saúde pública de qualidade, creches e escolas de confiança, transportes para crianças etc. Reconhecer essas demandas e a necessidade de que alguém as defenda é de extrema importância para a promoção de políticas públicas que efetivem a democratização do país.

A disparidade entre homens e mulheres nas agremiações políticas não são tão grandes como nos cargos de decisão política. De acordo com o TSE, havia em março de 2007 11.570.161 filiados a agremiações políticas, sendo 56,22% homens e 43,55% mulheres.

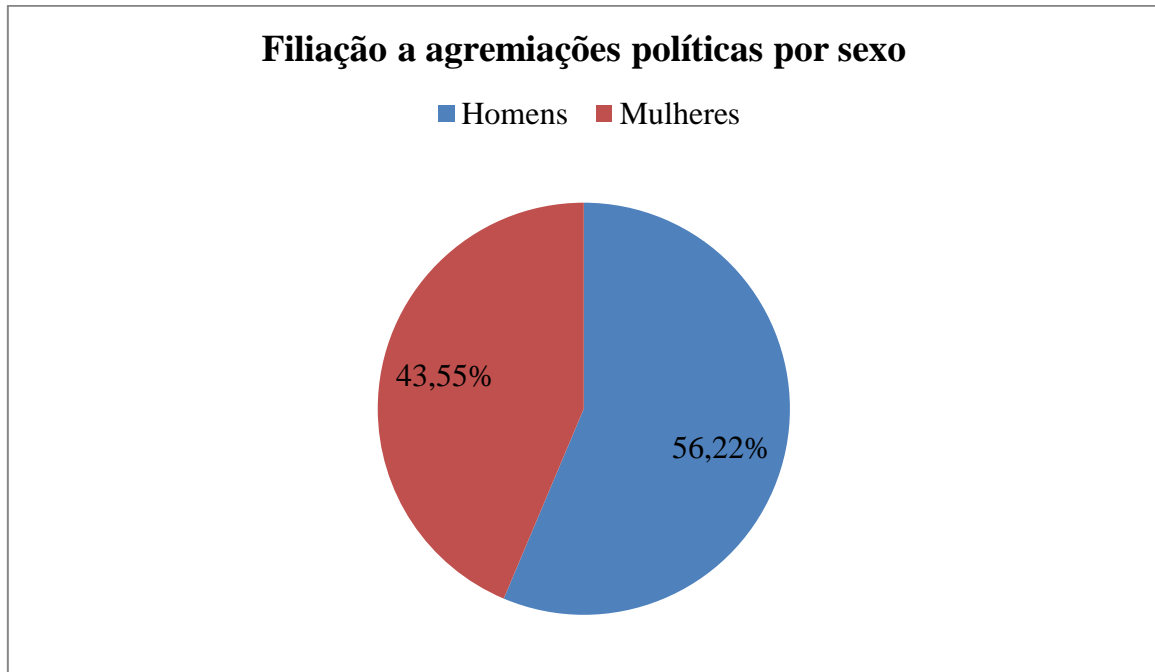


Gráfico 7- Filiação a agremiações políticas por sexo
 Fonte: Tribunal superior eleitoral (2007)

Com base em AVELAR (2001, p. 80-82) podemos perceber que as desigualdades de gênero se acentuam nas cúpulas dos maiores partidos brasileiro. No Partido dos Trabalhadores (PT) 30,95% das pessoas que faziam parte do Diretório Nacional e 23,80% da Executiva Nacional eram mulheres. Essa é a maior média em porcentagem entre os partidos. Logo, em seguida está o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 15,98% de mulheres no Diretório Nacional e 12,90% na Executiva Nacional, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no o Diretório Nacional e composto por 13,53% de mulheres e a Executiva Nacional atua com 7,5%. Em seguida, esta o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que atua com o contingente feminino de 9,32% no Diretório Nacional e 15,0% na Executiva Nacional e por ultimo o Partido Progressista (PP) tem no Diretório Nacional e na Executiva Nacional 9,33% e 8,57% de mulheres respectivamente.

Proporção de homens e mulheres no Diretório Nacional dos partidos

Partidos	Mulheres (%)	Homens (%)
PT	30,95%	69,5%
PDT	15,98%	84,02%
PSDB	13,53%	86,47%
PMDB	9,32%	90,68%
PP	9,33%	90,67%

Tabela 1 -Proporção de homens e mulheres no Diretório Nacional dos Partidos
Fonte: AVELAR (2001)

Proporção de homens e mulheres na Executiva Nacional dos partidos

Partidos	Mulheres (%)	Homens (%)
PT	23,80%	76,20%
PDT	12,90%	87,10%
PSDB	7,5%.	92,50%
PMDB	15,0%	85,0%
PP	8,57	91,43%

Tabela 2- Proporção de homens e mulheres na Executiva Nacional dos partidos
Fonte: AVELAR (2001)

Os homens ainda são maioria, principalmente quando se trata da atuação desses nas cúpulas partidárias. As mulheres geralmente citam os partidos como o provedor das barreiras que ocasionam a desproporcionalidade da ocupação de cargos de poder, inclusive dentro do próprio partido, como mostra BARREIRAS E GONÇALVES (2012, p. 9) ao entrevistarem duas coordenadoras do segmento de mulheres de partidos distintos apontam:

“Ela não é melhor, porque ela não é devidamente valorizada. As mulheres são chamadas para carregar bandeiras e não para falarem, para ter voz. Carregar bandeira literalmente. Então elas não são prestigiadas pelos partidos”. (Coordenadora do segmento de mulheres do PSB)

“Elas são muitas porque as mulheres são maioria, mesmo hoje. Independente disso não quer dizer que elas mandem alguma coisa, ou que definam. Mas elas têm uma frequência muito grande.”. (Coordenadora do segmento de mulheres do PT)

3.1. As Sufragetes e a conquista do voto feminino no Brasil

O feminismo no Brasil foi inicialmente manifestado através das sufragetes por meio da luta pela conquista dos direitos políticos. As sufragetes brasileiras tinham como líder Bertha Lutz, zoóloga de profissão e paulistana. Educada na Europa trouxe para o Brasil em 1910 o feminismo, que ela conheceu na Inglaterra.

Por conta da luta pela consecução dos direitos políticos das mulheres, em 1921, é aprovado um projeto do Senador Justo Chermont. O projeto dispunha sobre a capacidade política da mulher maior de 21 anos. Porém, ele não foi convertido em lei. Logo, as sufragetes lideradas por Bertha Lutz defenderam a causa encabeçada pelo Senador.

Ao lado de outras militantes Bertha Lutz criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que logo depois daria lugar para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922. A partir desse momento o movimento feminista visou aprofundar outros objetivos, além da conquista do sufrágio.

Em 1922, no promissor centro industrial de São Paulo, a Semana da Arte Moderna apresentava um clima de mudança cultural mais favorável às pretensões das mulheres. Mas apenas as mulheres dotadas de riqueza e emancipação intelectual desfrutavam de autonomia e independência. No geral os movimentos urbanos dos anos 20 e 30 deixavam claro que as conquistas femininas não implicariam em modificações na estrutura da sociedade e da família. Na verdade, a movimentação feita por mulheres de classe alta, reiterava a política conservadora da época. (AVELAR, 2002, p.18)

Como já foi citado neste trabalho o alto nível de escolaridade, o prestígio social, econômico e profissional são indicadores que aproximam as mulheres do mundo político e fazem aumentar as chances de possíveis ascensões políticas.

Em 1932, as mulheres conquistam o direito de votar, assegurado pelo Decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Em 1934, Carlota Pereira Queiroz foi a

primeira mulher eleita, a primeira deputada federal do Brasil e a primeira mulher a ocupar um cargo político eletivo no País. Com a instalação do Estado Novo em 1937, as mulheres só votariam, efetivamente, em 1946.

A instauração do Estado Novo, com Getúlio Vargas (1937-1945), extinguiu todos os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, bem como qualquer tipo de participação política. O argumento utilizado pela corrente autoritária que detinha o poder era de que faltava capacidade e maturidade ao povo brasileiro e que somente esta elite política poderia representar e construir a nação brasileira. Todos os cargos eletivos foram eliminados, a escolha dos governadores e prefeitos passou a ser comandada pelo governo central, e o Poder Legislativo, em todas as esferas, foi fechado. (CHAIA, 2010, p. 03)

A partir dos anos de 1945 ocorre uma intensificação na criação de organizações femininas como, por exemplo: o Comitê de Mulheres pró-Democracia, a Associação das Donas de Casa contra a Carestia, Instituto Feminino do Serviço Construtivo e a União Feminina do Distrito Federal. Geralmente os temas mais tratados nessas organizações eram: defesa dos direitos da mulher, proteção à infância e defesa da paz mundial.

No início dos anos de 1960, o Brasil passou por um momento de repressão política, que levou os movimentos sociais a se articularem de forma clandestina.

O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador. (PINTO, 2010, p. 16)

Foi durante o regime militar que o movimento feminista ganhou forma. Temas antes restritos ao seio privado passaram a ganhar destaque, como a sexualidade e o corpo feminino. A presença feminina passou a ser crucial para a luta da redemocratização do Brasil. Pois se em uma democracia as barreiras de acesso aos mecanismos de decisão políticas são muito grandes, nos regimes autoritários como o que se instalou no país as barreiras tendem a ser ainda maiores, pois há a centralização do poder e sub-representação de todos os segmentos sociais.

O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título 'O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira', com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979. (PINTO, 2010, p.17)

Com a redemocratização nos anos 1985, ficou garantida a liberdade de imprensa, a livre manifestação do pensamento e expressão ideológica. O feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres, temas que conhecemos bem começam a ser abordados desde essa época, como: violência, sexualidade, direito ao trabalho, saúde, luta contra o racismo, liberdade sexual.

3.2. O surgimento da ação afirmativa de cotas em prol da participação política da Mulher no Brasil

A cota eleitoral de gênero no Brasil é respaldada pelo art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 que assegura a reserva de 30% e 70%, para cada gênero, do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito.

É importante observar que os percentuais instituídos na Lei de cotas não estão vinculados a nenhum dos sexos. A Lei é aplicável tanto para homens quanto para mulheres. Sendo assim, se um partido político ou uma coligação tiverem à sua disposição um determinado número de candidaturas a serem registradas de acordo com a Lei 9.504/97, só poderão ser apresentados no máximo 70% dos homens e no mínimo 30% de mulheres, ou vice-versa. Porém, não podemos negar que a cota eleitoral de gênero tem o objetivo de garantir uma maior participação das mulheres na vida política brasileira, pois são elas que estão historicamente excluídas das esferas de poder político.

A primeira medida relacionada à política de cotas na arena política brasileira aconteceu em 1991. O PT aprovou uma medida até então inovadora, a cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção partidária.

No âmbito nacional, inicialmente a política de cotas era amparada pela Lei nº 9100/95 foi proposta, pela deputada Marta Suplicy. O art. 11, § 3º da Lei nº 9100/95 estabelece que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal em até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher. E vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Essa Lei acabou sendo sobreposta pela Lei 9.504/97, citada acima.

A legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, tímida. Em primeiro lugar, não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo. A porcentagem fixada (20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que prevê 30% para as próximas eleições) está bem abaixo da desejada paridade entre os sexos. E os partidos não são sequer obrigados a preencher efetivamente as vagas, podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas. Foi o que ocorreu, aliás, na maioria dos casos. Em 1998, com uma única exceção (a lista para a Câmara Federal do Estado de Tocantins), em nenhuma unidade da Federação o número de candidatas chegou de fato a 25% do total. (MIGUEL, 2000, p. 91-92)

Por mais que a Lei das Cotas não garanta o real acesso das mulheres ao poder, ela reconhece a existência da disparidade entre os gêneros e possibilita as mulheres oportunidade de novas conquistas. É importante ressaltar também que, as mudanças no ambiente político acontecem de forma gradativa, principalmente se fomos falar de um grupo social que esteve há anos a margem da participação política.

4. Mulher: democracia e política na Bahia.

As mulheres baianas sempre se destacaram quantitativamente no cenário político nacional. A trajetória política das mulheres na Bahia não é algo recente, porém ainda é possível encontrar estreitos laços de submissão política das mulheres que estão no poder.

A Bahia tem sido um dos Estados onde se têm apresentado maiores índices de mulheres prefeitas e ocupa, junto com São Paulo, o primeiro lugar entre os Estados com maior número de mulheres eleitas. [...] somente nas eleições municipais de 1958 que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a prefeitura de um município baiano: Dejanira Resende, eleita no município de Belmonte, pelo Partido Social Democrático. Antes de Dejanira, outra mulher havia exercido o cargo de prefeita em um município baiano, mas não na condição de eleita e sim nomeada: Nair Guimarães Lacerda, que dirigiu a prefeitura de Urandi, nomeada em 1936, pelo governador Juracy Magalhães, segundo consta na imprensa da época, atendendo uma indicação da então Deputada Estadual Maria Luiza Bittencourt (COSTA, 1998, p. 136-137).

A capital baiana só veio eleger uma mulher Prefeita 34 anos depois que a primeira mulher foi eleita para o mesmo cargo na cidade de Belmonte no interior do Estado. Em 1992, Lidice da Mata foi eleita Prefeita da cidade de Salvador. Antes de ser prefeita Lidice da Mata foi vereadora em 1982, e em 1986, deputada federal.

De acordo com dados do TSE (2012), a Bahia conta com 9.550.898 eleitores. Sendo que 48% do total são homens e 51% mulheres e 1% não declarado. Mesmo as mulheres sendo maioria no eleitorado baiano ainda é possível perceber a desproporcionalidade existente entre homens

e mulheres nas prefeituras baianas e nas câmaras de vereadores como mostram as tabelas abaixo:

Quantidade de candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo.

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade de Candidatos	Eleito	2º Turno	Não Eleito
BA	Prefeito	Masculino	976	352	4	620
BA	Prefeito	Feminino	154	64	0	90
Total Geral			1.130	416	4	710

Tabela 3-Quantidade de candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo.
Fonte: Tribunal superior eleitoral (2012)

Quantidade de candidatos a vereador eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo.

Abrangência	Cargo	Sexo	Quantidade de Candidatos	Eleito	2º Turno	Não Eleito
BA	Vereador	Masculino	21.484	3.980	0	17.504
BA	Vereador	Feminino	9.764	573	0	9.191
Total Geral			31.248	4.553	0	26.695

Tabela 4-Quantidade de candidatos a vereador eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo.
Fonte: Tribunal superior eleitoral (2012)

As mulheres que participam no poder local na Bahia, como em toda região nordeste, integram-se à esfera pública não a partir de um processo de construção da cidadania, como era de se esperar, mas como um processo resultante da subordinação de gênero à qual estão submetidas é que as mantêm subjugadas na esfera privada. As mulheres são chamadas à vida pública para ocupar espaços políticos determinados, com o objetivo de preservar e garantir os interesses privados do seu grupo político/familiar ou ainda garantir a manutenção da ordem política vigente. [...] Sua participação na esfera pública não rompe com as velhas estruturas patriarcais que as

mantêm subjugadas, mas, ao contrário, são reforçadas com esses novos papéis que lhes são incorporados. (COSTA, 1998, p. 175)

Sendo assim, a participação local não é resultado da luta travada pelas mulheres em busca melhores oportunidades de vida para as mesmas. A representação, em alguns casos, não se vinculam as demandas femininas, pois essas mulheres não estão representando os interesses da população, mas de um grupo político ou familiar, a fim de mantê-los em uma elite política.

O uso da política para a defesa da manutenção do poder político impede que as mulheres desempenhem papéis importantes na política local através da tomada de decisão que favoreçam o interesse da sociedade. A mulher que é submetida a esse tipo de modelo de representação está sendo tão vítima de uma sociedade autoritária e patriarcal quanto aquela que nega a tornar-se uma mulher pública. As duas estão presas ao seio familiar, ao mundo privado.

4.1 A participação da mulher baiana nas esferas do poder local da cidade de Salvador (2009-2012)

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2008, na cidade de Salvador foi contabilizada a candidatura de 905 vereadores, sendo que desses, 718 eram do sexo masculino 79,34% e 187 pertenciam ao sexo feminino, ou seja, 20,66%.

No ano de 2008, 187 mulheres se candidataram, porém apenas seis foram eleitas, sendo elas: Tia Eron e Andrea Mendonça da coligação Democratas/Partido da República (DEM/PR); Olivia Santana, Aladilce, Marta Rodrigues e Vania Galvão todas do Partido Comunista do Brasil/ Partido dos trabalhadores (PC DO B / PT). De um total de 41 vereadores eleitos para o mandato de 2009 á 2012 apenas 6eram mulheres, ou seja, 14,6%. Juntas as vereadoras eleitas obtiveram 52.611. A média de votos entre as vereadoras foi de 8.768,5.

O baixo percentual de mulheres no poder local de Salvador pode ser considerado nada mais do que um reflexo dos mesmos baixos números em um âmbito nacional e mundial. Por conta dessa sub-representação feminina no poder legislativo da cidade de Salvador é que se torna necessário pesquisar sobre a participação feminina no processo eleitoral e também no

exercício da vereança no poder legislativo da cidade. Considerando os obstáculos e limitações postas às mulheres nos partidos políticos, no processo de candidatura e no exercício da vereança.

A presença de mulheres em arenas representativas é extremamente importante para a melhoria de vida das próprias mulheres através da defesa dos interesses femininos, elaboração de políticas públicas e projetos de lei que proporcionem uma maior condição de igualdade para as mesmas.

5. Metodologia

Inicialmente o trabalho visava investigar a participação da mulher no processo eleitoral e no exercício da vereança no Poder Legislativo da Cidade de Salvador, no período compreendido entre 2009 e 2012. A amostra inicial era de seis vereadoras (todas as vereadoras que legislaram neste período anteriormente citado). Entretanto, não foi possível entrevistar todas as vereadoras. Isso porque algumas não tiveram tempo para atender e outras não tiveram interesse na entrevista. Vale ressaltar que essa recusa impossibilitou o estudo de vereadoras de partidos de centro e de direita, já que apenas as vereadoras de partidos de esquerda concordaram em participar da pesquisa. Esse fato fez com que este trabalho sofresse alteração. Assim, em vez de um estudo sobre o processo de participação de vereadoras na Câmara Municipal soteropolitana, ele se converteu num estudo sobre a participação de vereadoras de partidos de esquerda na referida Câmara.

O processo de aproximação das vereadoras aconteceu de variadas formas possíveis (e-mail, telefone, presencialmente ou por meio de pessoas próximas a elas que contribuíram com o encontro) a partir do mês de novembro. Das seis vereadoras, cinco responderam positivamente, mas apenas três concederam a entrevista. Duas marcaram, sendo que uma não compareceu no compromisso no dia e não deu explicação, e, embora tivesse concordado, não respondeu os e-mails nem os telefonemas, a outra destacou a possibilidade de ser entrevistada, porém passou a não responder os e-mails e não atender os telefonemas.

As três vereadoras que concederam a entrevista se mostraram felizes em participar e demonstraram interesse pelo tema ao destacarem a importância da realização de um trabalho como esse.

A partir dos obstáculos encontrados na construção da pesquisa o trabalho adquiriu um novo recorte teórico focado nas vereadoras mulheres dos partidos políticos da esquerda. O novo recorte foi feito devido à complexa realidade social e política encontrada na representação feminina, pois envolve o reconhecimento da importância da institucionalização de instrumentos que ampliem a presença de mulheres nos espaços de decisão política, porém o jogo de forças que compõe a realidade social fragiliza essa representação. A dificuldade encontrada no decorrer da construção desse trabalho nada mais é do que a expressão desse jogo no qual nem sempre as mulheres que ocupam posições nos espaços de poder estão interessadas na promoção de políticas voltadas para a igualdade de gênero pelo fato de não considerarem essas ações importantes para a sociedade.

Sendo assim o presente trabalho contou com uma amostra de três vereadoras dos partidos da esquerda política (de um total de quatro) no qual se investigou como ocorreu a participação dessas no processo eleitoral e também no exercício da vereança no poder legislativo da Cidade de Salvador, no período compreendido entre 2009 e 2012. Aqui se considera também a discussão a respeito da existência de uma identidade feminista entre as vereadoras da esquerda política; possíveis limitações nos partidos políticos de esquerda à candidatura feminina; obstáculos no processo de candidatura das vereadoras e as dificuldades na atuação das mesmas na Câmara Municipal de Salvador.

A metodologia adotada na pesquisa é qualitativa, pois essa se preocupa com aspectos que não podem ser quantificados (crenças, motivações e atitudes individuais), mas que podem ser compreendidos através da análise das relações sociais. Segundo SILVA e MENEZES (2001, p. 20) “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave”.

A pesquisa qualitativa tem como fundamento o comprometimento com valores éticos que envolvem uma relação social e política entre o pesquisador e o pesquisado. O pesquisador deve fornecer conhecimento que possibilite que outras pessoas analisem a realidade pesquisada e que estabeleçam suas próprias ideias a respeito do tema.

[...] temos que estar constantemente alertas, especialmente quando, o usamos metodologia qualitativa, para que, em vez de cientistas, não nos transformemos em militantes de uma causa ou de um movimento, que olham

e procuram entender a realidade não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse. Esse tipo de conhecimento é expressão da ideologia e não da ciência. Seja como cientistas (ou mesmo como assessores), a nossa relação com o outro, que também é sujeito portador de um conhecimento, não deve ser marcada pela intenção de fornecer uma direção, segundo um projeto político que é o nosso. (MARTINS, 2004, p. 296)

Para a coleta de dados da pesquisa compreendem entrevistas semiestruturadas com as três vereadoras que atuaram no poder legislativo da cidade de Salvador no mandato de 2009-2012.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. (FRASER, GONDIM, 2004, p. 140)

A entrevista semiestruturada é marcada por questionamentos básicos que são fundamentados em teorias e hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa. Esse tipo de entrevista beneficia a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e compreensão.

Para MANZINI (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O roteiro de entrevista (ver apêndice 1) está dividido em cinco partes.

- A primeira parte conta com características básicas das entrevistadas (nome, idade, número de mandatos exercidos, partido político a qual pertence, nível de instrução etc.).
- A segunda parte do roteiro é composta por perguntas relacionadas à trajetória anterior ao mandato (como ocorreu o início da vida política, quais os motivos que a fez optar pelo mandato etc.).
- A terceira parte conta com as características eleitorais (como foi o processo da campanha eleitoral, o apoio do partido, dificuldades enfrentadas etc.).
- A quarta parte aborda a característica do mandato das vereadoras (dificuldades encontradas para exercer o mandato, ações feitas em prol da mulher etc.).
- A quinta parte é sobre a representação feminina (a identidade feminista das vereadoras, a sub-representação das mulheres na política local etc.).

A metodologia qualitativa ostenta a preocupação com o tratamento dos dados em fazer com que o pesquisador arranje os dados obtidos para que eles se comuniquem da melhor forma possível atribuindo-lhes significado.

[...] metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. (MARTINS, 2004, p. 292)

A partir dessa pesquisa obteremos respostas sobre a participação política das mulheres nas instancias decisórias. Tomando como ponto de partida a atuação das Vereadoras dos partidos de esquerda da Cidade de Salvador, no sentido de verificar a que forma as mesmas conduziram suas atividades no exercício do poder e as dificuldades encontradas. A pesquisa compreende o período dos mandatos de 2009-2012, verificando a preocupação ou não dessas vereadoras com as questões relativas ao debate sobre gênero, e o processo de candidatura e execução do mandato no período considerado.

Resultados da pesquisa de campo

O resultado da pesquisa de campo é disposto em resumos individuais das entrevistas das vereadoras. Cada resumo está dividido em cinco partes que consideram características básicas das entrevistadas, a trajetória anterior ao mandato, características eleitorais, as características do mandato das vereadoras e representação feminina.

Entrevista com a Vereadora 1

Características básicas

Essa vereadora tem 57 anos, é solteira, tem curso superior completo, é enfermeira. Ela já exerceu três mandatos e é filiada ao PCdoB.

Trajétoria anterior ao mandato

A vereadora 1 começou a ter uma atuação política no movimento estudantil secundarista. O interesse pela política foi despertado pela repressão promovida pelo regime militar, a qual ela vivenciou no período em que era estudante. De acordo com ela a repressão naquele momento era muito grande e os jovens contestavam muito a falta de liberdade de expressão. É também salientada pela entrevistada a força do movimento cultural da época, pois esse movimento era uma forma de expressão política muito forte.

Ao passar para o vestibular de enfermagem na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a vereadora 1 começou fazer parte do movimento estudantil no diretório acadêmico da Escola de Enfermagem e, foi a partir daí que a sua trajetória começou a ser efetivamente moldada.

Em 1979, a entrevistada filiou-se ao partido em que se encontra até hoje, o PCdoB. Por ter feito uma longa caminhada em movimentos como: estudantil, de bairros e sindical (onde ela foi presidente do sindicato dos trabalhadores em saúde por três gestões); ocorreu em 2002, por uma indicação partidária a sua candidatura à deputada estadual, porém ela não foi eleita.

Em 2004, aconteceu a sua candidatura a vereadora da cidade de Salvador no qual foi eleita. A vereadora 1 coloca que a identificação pelo partido que ela esta associada há quase 40 anos surgiu por conta das ideias, conceitos de sociedade, de mundo, as ideias socialistas defendidas pelo partido. De acordo com a entrevistada o PCdoB foi o partido com o qual ela teve uma maior identificação. O enfrentamento à ditadura foi um fator que contribuiu para a mesma filiar-se ao partido, assim como a sua formação humanista pautada nos princípios da igreja católica teve um grande peso na sua escolha partidária. Até hoje ela permanece no partido por conta das suas diretrizes programáticas e as ideias socialistas.

Características eleitorais

Sobre o apoio do partido durante a campanha política a vereadora 1 colocou que, o apoio das candidaturas acontece a partir de uma discussão política das potencialidades da área que a militante/candidata desenvolve na sua atividade política. O apoio financeiro é feito de uma forma geral.

A entrevistada destacou que dentro do partido existe uma cobrança para um apoio maior. Por conta do posicionamento das mulheres dentro do partido existe uma política interna de promoção de quadros femininos, cota na direção da estrutura partidária e nas listas de candidatura do congresso até porque, segundo ela existe uma tendência, tanto nos partidos de esquerda como nos conservadores, em apoiar as candidaturas masculinas. Na opinião da vereadora 1 isso ocorre por conta do machismo que existe na sociedade e é necessário que haja uma pressão maior dentro dos partidos para que as mulheres não fiquem na sub-representação.

Durante a campanha a maior dificuldade enfrentada pela vereadora 1 foi à questão financeira, pois segundo ela as campanhas políticas estão muito financeirizadas. O apelo visual nas candidaturas é muito grande e segundo ela a comunicação é uma ferramenta de campanha muito cara. Ela destacou a dificuldade em se conseguir financiamento das grandes empresas já que alguns partidos não têm uma boa relação com o empresariado. A falta do financiamento público de campanha resulta em uma grande desigualdade que acaba favorecendo aqueles que têm maior condição financeira. Uma segunda dificuldade também colocada por ela diz respeito ao fato de existir em uma mesma área vários candidatos que se

sobrepõem dentro do partido, os candidatos competem na mesma área e isso é prejudicial para todos.

De acordo com a vereadora 1, devido o machismo presente na sociedade o homem é politicamente mais valorizado do que a mulher. O fato de desenvolver campanha em uma sociedade machista acaba dando ao homem uma maior credibilidade no mundo político, logo esses recebem maior apoio, sendo assim na opinião dela as oportunidades de financiamento de campanha não são as mesmas para homens e mulheres.

Características do Mandato

A vereadora 1 narrou que durante o mandato existiu em alguns momentos resistência por parte dos vereadores homens em relação às mulheres, como por exemplo: A priorização da fala ou de ocupação de cargos por vereadores homens em detrimento de algumas mulheres. Quando um vereador homem e uma vereadora mulher pediam a palavra era priorizada a fala do homem. Chamam as mulheres de “O líder” quando estas estão em posição de liderança. Logo segundo ela é necessário que as mulheres estejam sempre lembrando: “Presidente retire o que o senhor disse, é a líder, são mulheres” ou “por que não me deu a palavra? Eu pedi primeiro presidente!”.

Para a vereadora 1 o machismo dificulta o exercício do mandato na Câmara Legislativa de Salvador, mesmo esse acontecendo de forma sutil. Entretanto, existem outras dificuldades como o estilo de funcionamento da Câmara que, segundo ela, é autoritário e autocrático dificultando a promoção de debates e a realização de audiências públicas sobre projetos em andamento na casa. Ela ainda enfatizou que muitos projetos de lei são “votados no escuro”, sem nenhuma discussão.

Ao ser perguntado sobre projetos de leis (relacionados à mulher) criados/apoiados por ela a vereadora mencionou ter apresentado um projeto que estabelece um percentual de 50% de mulheres para ocupar a mesa da Câmara, porém o projeto não foi aprovado. Existe outro projeto relacionado à violência contra a mulher, ele estabelece a notificação compulsória em todos os casos de violência contra a mulher que chega ao serviço de saúde; essa é uma lei federal que o município está tentando regulamentar; a vereadora alertou sobre a importância dessa lei, pois de acordo com ela é através do serviço de saúde que nós podemos ter a noção da dimensão das mulheres que sofrem agressão. Se tratando ainda da saúde da mulher, a vereadora 1 destacou outro projeto de lei onde contempla mulheres grávidas, já que elas

passam a ter o direito de saber com antecedência a maternidade em que vão ter o filho, pois segundo a entrevistada as mulheres têm que fazer uma verdadeira “via sacra” antes de dar a luz.

A dificuldade em aprovar projetos na Câmara é grande. A vereadora 1 relatou que a dinâmica da casa é muito complicada. Visto que ela está muito subsidiária ao Poder Executivo e segundo a entrevistada existe uma cultura de aprovar mais projetos de interesse da Prefeitura do que os projetos dos vereadores. O fato de a bancada de vereadores que apoiam o Prefeito ser numericamente superior à de oposição, é comum que essa situação imponha dificuldades na aprovação de projetos propostos pela oposição.

Representação feminina

Para a vereadora 1, a sub-representação política das mulheres é consequência de um processo histórico. Para ela a sub-representação da mulher nos espaços de poder é decorrente dos espaços em que as mesmas ocupam na sociedade como um todo. A entrevistada expõe que a mulher é mais de 50% da população, mas é sub-representada nos sindicatos, nas entidades da sociedade civil, nas entidades comerciais e empresariais. Tudo isso está relacionada à ideia de que a mulher é inferior ao homem, uma ideia que tem atravessado séculos e esse é o motivo do grande enfrentamento do movimento feminista.

Mesmo não sendo diretamente ligada a entidades específicas feministas, a vereadora se considera feminista. Ela contou que é vice-presidente da comissão de mulheres da Câmara e se declara feminista na medida em que têm consciência da questão de gênero e de que é necessário mudar a condição da mulher na sociedade. Uma vez que para ela o olhar da mulher sobre a política tem uma qualidade diferente vinculada à experiência de ser mulher na sociedade. Para ela a situação da mulher é uma questão da democracia, pois não se pode ter mais da metade da população fora dos espaços de poder, sendo discriminada, tratada com desigualdade, salarialmente recebendo menos do que os homens para exercer as mesmas funções. A vereadora 1 acredita que o machismo, a supervalorização do macho na sociedade é um traço estruturante na nossa cultura. Logo ela considera que a luta feminista tem um espaço importantíssimo na nossa sociedade. É destacado que graças ao movimento feminista as mulheres conseguiram muitas conquistas. E mesmo elas estando em situação de grande desigualdade existe toda uma responsabilidade e um crédito a ser atribuído ao movimento

devido conquista do voto e a organização das políticas federais voltadas para a questão de gênero. Hoje existe, em todas as esferas de governo, secretarias de políticas voltadas para as mulheres, plano nacional de política para as mulheres e leis elaboradas como a Lei Maria da Penha. Tudo isso é resultado da luta do movimento feminista. Que não é uma luta pontual, mas uma luta de qualidade que ocorre em todo o Brasil.

Ao falar sobre a atuação das mulheres na política a vereadora acredita que já se avançou bastante. Segundo ela a participação das mulheres é muito mais afirmativa. Existe um empoderamento maior embora as mesmas ainda estejam sub-representadas em todos os espaços. É necessária uma participação maior e mais qualificada. Para ela o fato do Brasil ter uma Presidente mulher mostra que essas têm assumido um protagonismo e uma maturidade política importante no Brasil.

Mesmo que as mulheres estejam em pequena quantidade na política brasileira a vereadora 1 defende que essas poucas mulheres fazem a diferença na política. Para ela a mulher tem a marca da amplitude na política e isso se deve ao fato da experiência de ser mulher na sociedade em que vivemos. No qual, a mulher trabalha no mercado formal, trabalha em casa e por isso consegue dá conta de uma maior densidade política.

A entrevistada colocou que para que haja mais mulheres candidatas e eleitas é necessário que existam mulheres participando mais da política. Para isso é preciso que se tenha um processo de promoção no sentido de facilitar a inserção delas no mundo político. Uma forma de eliminar a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens, de que elas não têm competência ou a possibilidade de participar, de dá a sua opinião assim como os homens.

A vereadora 1 explicou que a mulher é educada para ocupar o espaço privado da casa, cuidar dos filhos, cuidar do ambiente doméstico; segundo ela esse fator prende/dificulta a mulher ir para a esfera pública. Sem contar as barreiras internas das mesmas como, por exemplo: o medo de falar em público e a vergonha de se expor no meio de outras pessoas.

Como apontado pela vereadora 1, os aparelhos formadores, como a escola, tem que estar discutindo a sub-representação feminina. Assim como as instituições da sociedade civil, sindicatos e associações têm que está mostrando que lugar de mulher é em todos os lugares.

Ao ser indagada sobre se o fato de ser mulher influencia a sua atuação política, ela diz que sim. Pois lhe dá uma dimensão maior da responsabilidade histórica, é um desafio maior para

ela do que se a mesma fosse homem. Segundo a entrevistada, nós mulheres sofremos pelo fato de sermos sub-representadas, e o sofrimento de uma mulher é o sofrimento de todas as mulheres.

Para a vereadora 1, é preciso que as mulheres que estão na porção do Parlamento, que ocupam posição de poder deem exemplos, conclamem debates e promovam reflexões para estimularem outras mulheres, promovendo espaços para que haja o empoderamento delas. Ela assinalou a importância da problematização do assunto junto a associações, à família e a sociedade de uma forma geral. Para a vereadora 1 é necessário à formatação de todo um movimento para mudar o cenário da sub-representação. Ela também salientou que as mulheres precisam se colocar enquanto classe, enquanto segmento social; em sua opinião isso é um desafio para aquelas que estão em postos de representação.

Entrevista com a Vereadora 2

Características básicas

Essa vereadora tem 65 anos, é solteira, tem curso superior completo, é Assessora especial da Secretaria de saúde do Estado da Bahia. Ela já exerceu dois mandatos e é filiada ao PT.

Trajetória Anterior ao Mandato

A questão política na vida da vereadora 2 começou no colégio. Ela contou que um grupo de estudantes que estudavam em um colégio de freiras, inclusive ela, se rebelaram contra uma imposição da Madre Superiora no momento em que ela quis impor a vontade dela no colégio. Juntos, o grupo de estudantes resolveu não participar de nenhuma atividade realizada pelo colégio, segundo ela, esse foi o embrião, onde tudo começou.

Em 1968 a Vereadora 2 entra no movimento estudantil. De acordo com a mesma o movimento lutava por mais liberdades democráticas e defesa do ensino público, pois o governo da época queria implantar a reforma universitária sem nenhuma discussão.

Ainda na época da ditadura a entrevistada se envolveu na criação do Sindicato de servidores da Universidade Federal da Bahia. Esse envolvimento aconteceu a partir do momento em que a reitoria da UFBA pretendia criar uma associação de servidores atrelada a reitoria e não

houve uma concordância da maioria, pois foi achado que a associação teria que ter total autonomia e independência, mas na verdade ela tinha um caráter muito assistencialista e a vereadora 2 junto com a oposição acreditava que o caráter da associação teria que ser classista embora não fosse dado aos servidores o direito de se sindicalizarem. A luta foi em prol de uma entidade que representasse a categoria e não os interesses da reitoria. Depois da luta a favor da criação do sindicato a vereadora 2 foi diretora deste e presidenta do mesmo em várias gestões, desta forma essa posição de liderança lhe projetou nacionalmente. Ela conta que foi presidente da Federação Nacional que englobava todas as associações de servidores das universidades federais do país durante sete anos.

Toda a sua história política se deu primeiro no movimento estudantil e posteriormente no movimento sindical. Daí para a política partidária foi um passo, conta ela, que passou a se envolver com a Central Única dos Trabalhadores e no final da década de 80 já estava filiada ao Partido dos Trabalhadores, atuando politicamente na militância partidária.

A entrevistada contou que a decisão de se candidatar à vereadora foi uma decisão coletiva tomada pelos servidores da UFBA. Ela tinha recém saído da direção do sindicato, os servidores resolveram se reunir e decidiram que ela deveria sair como candidata. Houve a candidatura, mas não a vitória. Entretanto, ela ficou na primeira suplência e acabou assumindo o cargo, pois a titular do cargo se afastou para ocupar uma secretaria. Na sua segunda candidatura a vereadora 2 foi eleita diretamente e agora para alcançar o terceiro mandato faltaram apenas 100 votos, desta forma a mesma está na primeira suplência esperando uma oportunidade de assumir o cargo de vereadora mais uma vez.

A entrevistada revelou que resolveu associar-se ao Partido dos Trabalhadores, pois na época ele era um partido que estava surgindo, que era oriundo do movimento social com uma relação muito forte com a luta dos trabalhadores, segundo ela o partido tinha uma proposta diferente na época, um partido de esquerda que levantava muitas bandeiras das quais ela se identificava e se identifica até hoje. Ela considera o PT o maior partido de massa das democracias mundial, um partido voltado para a defesa dos trabalhadores e das minorias.

Características Eleitorais

A vereadora 2 relatou que durante a sua campanha política o apoio dado pelo partido foi pouco. No primeiro mandato ela alegou que não recebeu quase nenhum apoio. Como a

candidatura dela foi decisão de uma categoria, o maior apoio que ela tinha era de pessoas próximas; amigas, mas em termos de apoio partidário foi muito pouco. A vereadora acredita que o partido deveria rever as suas práticas com relação a isso. Até por que ele sempre tem propostas fantásticas com caráter inovador, defende a igualdade em todos os espaços de poder, o primeiro partido a criar cotas para as mulheres. Porém na hora de implementar as políticas internas, é perceptível a existência de algumas barreiras. A vereadora apontou que as decisões do partido tem que ser mais bem concretizadas.

Segundo a vereadora 2 sempre há dificuldades nas campanhas políticas. A maioria delas é de ordem financeira, segundo ela conseguir financiamento de campanha é algo muito difícil. As mulheres ficam muito alijadas do processo e de acordo com a mesma isso é um problema existente no sistema político brasileiro. A entrevistada defendeu a reforma política, pois na sua concepção o financiamento público de campanha é imprescindível, já que os grandes definidores da política brasileira são os conglomerados econômicos. Para ela a reforma política tem que acontecer, pois no atual modelo não estamos contribuindo para uma disputa política democrática.

Por ser mulher a dificuldade em conseguir financiamento de campanha são ainda maiores. Segundo a entrevistada o preconceito se dá de forma sutil e as dificuldades são imensas. As dificuldades em uma mulher se lançar candidata são tão grandes que caso a indicação da Dilma Rousseff fosse inicialmente discutida dentro do partido provavelmente ela não seria presidente, Dilma só foi concorrer à presidência porque Lula defendeu a ideia de uma mulher como Dilma a frente desse cargo, destaca a vereadora 2.

Características do Mandato

Durante o seu mandato a vereadora 2 disse que pode até ter existido algum tipo de resistência por parte dos políticos homens na Câmara, mas o preconceito não acontece de maneira explícita. Ela explicou que nessa época as mulheres que estavam lá faziam a diferença, elas tinham posições firmes e combativas, logo a resistência não se dava de forma explícita.

A vereadora 2 ressaltou que a Câmara é constituída majoritariamente por homens, as mulheres que faziam parte da Câmara durante a sua atuação tinham que se impor através do debate, da seriedade e da capacidade política, segundo ela não existia uma submissão das vereadoras, a resistência por parte dos homens podia existir, mas no fim ela era vencida.

A entrevistada pontuou que não teve problemas de ordem familiar ou até mesmo de relacionamento durante o mandato e que foi conseguido estabelecer bons debates dentro da Câmara assim como com os movimentos sociais.

Durante o seu mandato a vereadora 2 apresentou vários projetos de lei relacionados à mulher, como por exemplo, a lei de assédio moral, mas a que ela acha mais impactante é o projeto que determinava o estabelecimento de no mínimo 5% das vagas dentro das empresas terceirizadas que prestavam serviços à prefeitura para mulheres oriundas do sistema penitenciário, porém o projeto foi vetado pelo prefeito da época. O que se queria é que essas mulheres egressas do sistema penitenciário ou que estivessem cumprindo pena no regime semiaberto fossem destinadas a trabalhar nessas empresas.

A entrevistada assinalou que não sentiu resistência em relação aos projetos por ela apresentado na Câmara, a não ser quando eram assuntos ligados a um viés religioso, como a discussão do aborto por exemplo.

Representação feminina

A vereadora 2 destacou que a sociedade patriarcal e machista é um dos principais fatores para a sub-representação das mulheres. Para ela a sub-representação acontece em vários campos, não apenas na política. A entrevistada colocou mais uma vez que a sociedade é machista, porém ela salientou que não é por isso que as mulheres devem se acomodar, as mesmas devem lutar para conseguir cada vez mais espaço. De acordo com ela, as mulheres fazem a diferença em diversos aspectos principalmente na sensibilidade do que envolvem as questões sociais, a vereadora 2 ainda frisa a questão da corrupção, que é muito menor quando a mulher está à frente dos cargos de liderança.

Com relação à mulher que não vota em mulher para ela o que acontece é a falta de debate, falta uma consciência política plena. A entrevistada apontou que é necessário existir uma luta maior para que haja essa consciência entre as mulheres, uma consciência sobre os seus direitos para contribuir com a melhoria da sociedade de uma forma geral. Ela afirmou que a política está nas nossas vidas e que nada acontece se não for através da política, é necessário que as mulheres entendam isso e que procurem se envolver, participar desses processos.

A vereadora 2 se considera feminista, pois faz parte da luta das mulheres. Para ela essa é uma questão fundamental para a existência de uma sociedade mais justa, mais humana, onde se esteja presente as diferenças e não o preconceito.

Para a entrevistada, as mulheres junto com o movimento feminista têm avançado bastante, porém é preciso avançar muito mais. Ela narrou a necessidade em definir melhor as estratégias de luta para a conquista de mais espaços, já que o movimento ainda encontra muitas dificuldades a serem vencidas. A luta tem que ser constante. A vereadora 2 assinalou que o movimento feminista deveria pautar como principal bandeira a questão da reforma política, pois segundo ela sem a reforma política não se tem como avançar e a sub-representação vai continuar.

De acordo com a vereadora 2, hoje na política nacional nós podemos encontrar mulheres que de fato se voltam para a defesa dos seus direitos e interesse, porém também temos mulheres que estão em posição de liderança pelo simples fato de serem mulheres de deputados ou filha de senador por exemplo. Essas mulheres que estão nessa situação não se incorporam na luta.

Os entraves que impedem a atuação mais ampla das mulheres segundo a vereadora 2 é a falta de consciência política e por isso que ela defende a reforma política porque em sua opinião a mulher tem que saber como se inserir em determinados setores da sociedade. A mulher é maioria da população, maioria do eleitorado e segundo ela tem que ter uma participação maior dentro do processo político.

A vereadora 2 diz que o fato de ser mulher influencia na sua atuação política na medida em que ela procura se colocar e defender as suas ideias e propostas na condição feminista para se conseguir mais espaço na política. Ela frisou que é necessária a revisão da estratégia do movimento para tentar mudar o cenário de sub-representação e salientou mais uma vez a questão da reforma política como ponto principal nesse processo.

Entrevista com a Vereadora 3

Características básicas

A vereadora 3 tem 54 anos, é divorciada, tem curso superior completo (está cursando o mestrado), é professora. Ela exerceu apenas um mandato e é filiada ao PT.

Trajetória anterior ao mandato

A vereadora 3 narrou que começou a sua militância no grêmio estudantil durante a sua adolescência, de acordo com ela não existia muito a dinâmica de grêmio, porém alguns de seus colegas através de ações, como: gincanas; tentavam despertar o interesse de outros colegas para ações mais sólidas. Ela descreveu que dentro da sua família existiam influências políticas, mas essas não eram efetivamente as suas referências. O seu despertar para o mundo político aconteceu realmente no movimento estudantil.

A vereadora 3 relatou que após atuar no movimento estudantil atuou em dois movimentos: o popular e o de mulheres. A partir dessa atuação houve o interesse pela política partidária.

Ao se candidatar como vereadora pela primeira vez a entrevistada conseguiu quase cinco mil votos, porém esses não foram suficientes para que ela fosse eleita. Desta maneira a mesma arriscou-se mais uma vez e candidatou-se ao cargo legislativo de vereadora na Câmara de Salvador e desta vez foi eleita com quase sete mil votos para o mandato de 2009 a 2012. Ela explicou que nas eleições de 2012 a política de alianças dentro do partido dificultou a sua reeleição, segundo a mesma por mais que exista no PT a paridade interna, a cota para mulheres dentro da direção do partido; ainda existe uma falta de compromisso com as mesmas nos espaços de poder.

A trajetória do PT desde o seu nascedouro tem o compromisso com os movimentos sociais incluindo o movimento de mulheres. Esse compromisso do partido despertou o interesse da vereadora e fez com que ela se filia-se a ele.

A vereadora 3 assinalou a importância da aprovação das cotas para mulheres no partido, mas ressaltou a falta de investimento na formação política dessas mulheres. Para a vereadora 3 é difícil uma mulher militante ter um diálogo dentro de casa com o seu companheiro (mesmo que este seja militante) sobre a divisão sexual do trabalho para que ela também possa participar efetivamente da política. De acordo com ela muitos partidos estão preocupados com a quantidade ao invés da qualidade, as mulheres passam a ser apenas números.

A paridade dentro do PT foi uma luta muito grande já que o partido contava com pouco mais de 30% de mulheres delegadas, ela ressaltou que a paridade no partido não é numérica, mas qualitativa. A vereadora também acredita que é necessário que exista punição para os partidos que não cumprem a lei eleitoral que estipula certo percentual de mulheres na disputa de cargos eletivos. Para a entrevistada muitos partidos colocam nomes de mulheres de qualquer maneira só para cumprir a lei.

A vereadora 3 salientou a importância de um curso de formação para as mulheres feministas, pois ela acredita que o partido tem que fazer investimentos nesse aspecto e na candidatura de mulheres.

De acordo com a entrevistada, as mulheres tem que ir para as reuniões do partido de qualquer forma. Caso a mulher tenha filhos o partido tem que disponibilizar uma creche, caso não disponibilize a mulher deve levar o filho para as reuniões. Para ela por mais que uma criança cause incomodo dentro desse ambiente a mulher tem mais é que participar, incomodando ou não. Essa também é uma forma de mostrar ao partido a importância da criação de novas políticas internas que supram a necessidades das mulheres filiadas a ele.

A entrevistada ressaltou que está filiada ao partido há muito tempo e que ele tem a ver com a sua militância, é um partido que tem a ver com a inversão, com os movimentos sociais. Segundo ela o PT é o único partido do qual ela se vê fazendo parte.

Características Eleitorais

A vereadora 3 disse que o apoio à campanha aconteceu de forma muito geral para todos do partido, porém existiram alguns candidatos que foram eleitos como prioridades e dentro dessas prioridades muitos eram homens. Ela descreveu que por mais que se tenha um horário eleitoral com tempo igual para todos não é justo, já que a desigualdade vem de muito tempo, não é possível tratar o desigual de forma igual. O tratamento dado às mulheres tem que ser diferenciado. Ela coloca que o discurso do empoderamento das mulheres está na moda, porém ela se pergunta que empoderamento é esse já que as mulheres ainda não ocupam os espaços de poder.

Durante a campanha política a vereadora 3 disse que existiu muita dificuldade principalmente no que diz respeito a questões financeiras. Para ela a campanha política virou um grande

mercado, a compra de votos em troca de “favores políticos”. Segundo a vereadora 3 era muito difícil quando ela chegava a um bairro acompanhada de três ou quatro pessoas e se deparava com outro candidato em uma carreta com carro de som enquanto ela tinha que sustentar o seu discurso no “gogó”.

Para a entrevistada o financiamento público de campanha é essencial para as mulheres se inserirem e se estabelecerem no cenário político. Para ela muitos políticos acabam caindo em uma lógica perversa e fazem alianças com grandes grupos econômicos e acabam “vendendo” a cidade. Ela acredita que esses tipos de propostas são inegociáveis.

O fato de ser mulher não traz nenhum privilégio no financiamento da campanha. A vereadora 3 contou que “o partido coloca todo mundo no mesmo bolo” e para manter a sua campanha foi necessário que ela fizesse jantar de adesão, almoço para amigos e pessoas que acreditavam no seu trabalho ou que tinham uma boa condição financeira e que podiam ajudar.

Característica do Mandato

Após ser eleita a vereadora 3 constatou o preconceito contra as mulheres por parte dos vereadores homens na Câmara Municipal de Salvador. Segundo ela o homem acha que o espaço da mulher é o privado. Quando vê uma mulher que sobe na tribuna e discute certos temas gera incomodo entre os homens. Muitos vereadores começaram a rotular as mulheres dentro da Câmara a fim de tentar inibir a sua fala na tribuna, outros ficavam encarando as vereadoras enquanto essas faziam os seus discursos. Essas eram as formas de fazer com que ela e as outras vereadoras se perdessem durante a fala, eram formas de intimidá-las. Ela salienta que a Câmara de Salvador é conservadora e machista. Segundo a mesma as coisas são colocadas para as mulheres com a intenção de inibi-las; fazem com que as mulheres entrem na lógica do não falar, não se posicionar.

Durante o seu mandato a vereadora 3 encontrou várias dificuldades, como por exemplo: A quantidade de selos disponibilizada pela Câmara que é muito pequena, da mesma forma como a quantidade de gasolina que era concedida para um mandato atuante como o dela e a dificuldade em fazer audiências públicas, pois o orçamento da Câmara não comporta. Logo, para a realização de audiências públicas existiam empecilhos como: para conseguir aparelho de som, carro de som para convocar os cidadãos e espaço físico para recebê-los. A vereadora 3 relatou que por muitas vezes teve que pedi aparelho de som emprestado de escolas, igrejas,

etc. A entrevistada salientou que o mandato de um vereador tem que ter a preocupação de ir onde o povo está e para realizar essas ações requer investimentos que não são disponibilizados pela Câmara.

A vereadora 3 também falou a respeito de projetos de leis sobre a mulher, pensado/ defendido por ela durante o seu mandato. Ela ressaltou que outra dificuldade durante o mandato foi à aprovação de projetos.

Alguns projetos foram por ela pensados/defendidos, uns aprovados e outros não. Como por exemplo, um projeto que propunha a inserção da história da luta feminista/a luta das mulheres na grade de ensino das escolas da rede municipal, porém o projeto foi vetado pelo então prefeito. A vereadora 3 sinalizou outro projeto, porém que foi aprovado, como é o caso da notificação compulsória para mulheres vítimas de violência doméstica.

A vereadora 3 pontuou que existe certa dificuldade política em aprovar projetos de lei na Câmara, mesmo quando se fazia um acordo entre os vereadores para a aprovação de algum projeto o Prefeito acabava vetando e o número de vereadores da oposição não era o suficiente para derrubar o voto do Prefeito.

Representação feminina

Segundo a vereadora 3 a sub-representação feminina é ocasionada por várias vertentes. A partir disso ela apontou a necessidade por parte das mulheres em compreender o seu papel político. Ela destacou que o debate de gênero na nossa sociedade é um debate novo e dá exemplo de organismos que tratam de política de gênero e outros de políticas de mulheres, para ela o debate tem que ser aprofundado na questão de gênero.

De acordo com a entrevistada a questão de igualdade não só na política, mas em todos os aspectos da sociedade precisa ser aprofundada e para esse debate ocorrer as mulheres precisam de estímulo. Ela assinalou que não é necessário que a mulher seja feminista ou que faça parte de algum movimento de mulheres, mas que ela tenha consciência da importância de ocupar os espaços de decisão. Segundo a entrevistada o estímulo deve vir de dentro dos próprios partidos políticos e do poder público.

Foi frisado pela vereadora 3 que dentro dos próprios partidos existe a discriminação, a questão do patriarcado e até mesmo do coronelismo. Muitos homens do partido acreditam que aquele

não é o lugar da mulher. Para ela o machismo é inerente ao homem, com isso muitos não toleram ver uma mulher no mesmo patamar que eles, esses acabam percebendo essa situação como uma disputa por espaço.

Segundo a mesma estamos muito atrasadas na política, só após 151 anos de República elegemos a primeira mulher Presidente da República, ela destacou a luta feminista e diz que essa batalha tem que continuar, pois se não continuar daqui a 20 anos estaremos reclamando das mesmas coisas.

A vereadora se diz feminista de “Carteirinha”. Ela explicou que o movimento lhe dá a liberdade de contar as suas vivências, suas dificuldades, proporciona o encontro com outras companheiras que estão vivendo os mesmos desafios, o movimento feminista segundo ela é um movimento sem restrições, sem limitações e que trava uma luta internacional e é por isso que se dá a sua importância. Para ela a luta travada pelo movimento é fundamental na questão por igualdade de gênero, é um movimento que pauta assuntos importantes para as mulheres. De acordo com a entrevistada o movimento feminista tem sido responsável por “puxar” outros movimentos como: O movimento das trabalhadoras rurais, a marcha das margaridas e outros.

A entrevistada evidenciou que a divisão sexual do trabalho é um empecilho para a participação política da mulher, pois hoje em dia as mesmas tem dupla, tripla jornada. Ela descreveu que geralmente as reuniões nos partidos acontecem à noite e uma mulher que tem de conviver com essa dupla/tripla jornada não consegue conciliar essa situação principalmente quando o companheiro dessa mulher não aceita deixar de ir à reunião para que a esposa possa participar da mesma. De acordo com a vereadora o fato de o marido fazer parte da militância nem sempre facilita a participação da mulher.

A vereadora 3 afirmou que o fato dela ser mulher não a induz na forma de fazer política, ela coloca que se fosse homem agiria da mesma maneira. Ela pontuou que dentro do partido existem homens com o pensamento feminista e que ajudam as mulheres a fazerem a luta. Segundo ela a sua ação seria como a desses homens.

Para mudar a sub-representação da mulher na política a nível nacional a vereadora afirmou que é necessário um investimento dos partidos políticos no que diz respeito à formação das militantes; ações do poder público como leis mais eficientes, reforma política e a continuidade da luta feminista.

6. Análise das entrevistas

Através da primeira parte da entrevista com as três vereadoras verifica-se que duas estão filiadas ao PT e apenas uma ao PC do B. A média de idade é de 58 anos e as três tem o nível superior completo.

Ao avaliar a trajetória anterior ao mandato, fica perceptível que as questões políticas apareceram na vida das vereadoras durante a juventude através do movimento estudantil. O ingresso no mundo político partidário tem início com a introdução delas na vida acadêmica e em outros movimentos sociais.

No discurso das três entrevistadas podemos constatar que elas filiaram-se aos seus respectivos partidos por motivos ideológicos. Principalmente no que diz respeito à atuação dos partidos junto a movimentos sociais diversos, assim como a aparente importância que é dada por esses partidos a políticas internas de promoção à igualdade de gênero, como, por exemplo, o uso de cotas internas por parte do PT, o partido conta com a cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias desde 1991.

As ações internas de promoção da igualdade de gênero executadas pelos partidos nada mais são do que o resultado da luta das mulheres em um cenário político/social mundial, no qual se busca a efetividade dos direitos políticos.

A presença das mulheres significou uma alteração radical na composição de gênero das direções do Partido dos Trabalhadores. Desde o surgimento do partido em 1980 as direções nacionais mantiveram uma regularidade nesta composição, em geral com mais de 90% de seus integrantes sendo do sexo masculino. À medida que se afunilavam os graus de hierarquia das direções (municipais, estadual e nacional) a proporção de mulheres diminua. Esse fenômeno que não é característico do PT expressa um processo de divisão sexual de trabalho, papéis e funções já bastante discutidos no movimento de mulheres que coloca barreiras à entrada das mulheres nas esferas de poder público (GODINHO, 1996, p. 151).

É nítida a importância da promoção de políticas afirmativas como o sistema de cotas para mulheres dentro dos partidos políticos. Entretanto, é importante ressaltar que a pura existência dessas políticas pode não ser suficiente para o aumento da participação das mulheres nesses partidos e nas esferas de poder público. Tendo em vista que as dificuldades para o envolvimento político dessas vão muito além da sua inserção nos espaços de decisão. É fundamental que exista incentivos para a manutenção da participação das mulheres na esfera pública, já que o problema da sub-representação política delas está intrinsicamente ligada à divisão sexual do trabalho e conseqüentemente ao machismo presente na sociedade brasileira.

Através da fala da vereadora 3 percebemos a importância que é dada à criação de um curso de formação para as mulheres do partido, assim como a necessidade da criação de ações que sustentem e impulsionem as políticas internas já existentes, como, por exemplo, a disponibilidade de creches para os filhos das militantes ficarem durante as reuniões do partido, já que devido à divisão sexual do trabalho muitas vezes é a mulher que têm a responsabilidade de cuidar desses. A divisão sexual do trabalho é mantida pelo condicionamento cultural sobre o comportamento de homens e mulheres. Os papéis sexuais são socialmente definidos; e estereótipos, mitos e preconceitos são reproduzidos. Fazendo com que exista para alguns as atividades que devem ser realizadas pelas mulheres e outras por homens.

Sendo assim, AVELAR (2002, p. 53) afirma que são necessárias outras ações afirmativas para que as cotas não sejam apenas uma obrigatoriedade, já que o que dificulta a luta política das mulheres por muitas vezes é a convivência preconceituosa dessas com os seus companheiros, pois muitas vezes não existe uma parceria entre homens e mulheres no âmbito privado, no lar. Então se pode afirmar que as cotas não constituem de uma real mudança nos valores sociais, logo para isso ocorrer é necessário à criação de ações que aproximem e preparem as mulheres para os processos eleitorais.

No que diz respeito às características eleitorais as três vereadoras apontam que o apoio a candidaturas no partido acontece de forma muito geral. Contudo a Vereadora 3 alega que apesar do apoio acontecer de forma ampla existe alguns candidatos que são eleitos como prioridades dentro do PT, dentre essas prioridades muitos são homens. A Vereadora 2 relata que durante a sua campanha política o apoio dado pelo partido foi pouco. No primeiro mandato ela alega que não recebeu apoio quase nenhum. Como a candidatura dela foi decisão

de uma categoria o apoio que ela tinha era de pessoas próximas; amigas, mas em termos de apoio partidário não aconteceu. A vereadora acredita que o partido deveria rever as suas praticas com relação a isso.

Uma possibilidade para o pouco apoio a candidatura de mulheres pelos partidos é que esses buscam os candidatos que possuam maiores condições de serem eleitos, ou seja, reforçam o apelo por candidatos que já possuem um cargo político ou que têm um perfil já consolidado no mundo político. As candidaturas que geram votos para o partido são aceitas e estimuladas, por exemplo, uma mulher que goza de prestígio social pode ter sua candidatura estimulada ao passo que a sua eleição possa ajudar a eleger outros candidatos. Entretanto, como mostra ARAÚJO (2013, p. 14), em alguns países como na França existem multas para os partidos que não cumprem a Lei de paridade nas candidaturas. E em casos de não haver mulheres que agreguem votos ao partido é preferível o pagamento da multa a ter que sacrificar a meta de candidatos eleitos.

Isso pode nos mostrar que no sistema político o que esta em jogo muitas vezes não é a qualidade da política, mas a quantidade de cadeiras ocupadas e o valor que é agregado ao partido.

De acordo com as entrevistadas a maior dificuldade durante a campanha política foi financeira. As campanhas eleitorais dependem muito de recursos financeiros, a falta desses recursos dificulta a promoção das candidatas.

Em pesquisa realizada por TERESA SACCHET e BRUNO SPECK (2010) é constatado que, homens e mulheres possuem acesso desigual aos recursos de campanha. Os homens arrecadam dinheiro de forma mais concentrada e de pessoas jurídicas, já a arrecadação de recursos financeiros por parte das mulheres são especialmente de pessoas físicas. Na mesma pesquisa é evidenciado que a arrecadação de recursos e votos está intrinsecamente ligados, logo o financiamento de campanha está estreitamente relacionado ao sucesso eleitoral das campanhas políticas.

Tendo em vista as dificuldades de financiamento de campanha, as vereadoras entrevistadas defendem a reforma política, mais especificamente o financiamento público de campanha. Isso mostra que o problema não envolve apenas ter ou não apoio do partido, mas a formação do sistema político brasileiro que pode ser desfavorável para as mulheres já que sem financiamento de campanha o processo eleitoral se torna ainda mais desigual, já que as

mulheres encontram dificuldades para se inserirem na política e galgarem por um posto representativo.

SACCHET E SPECK (2010, p. 4), ainda destacam que no Brasil não existem regras que limitem os gastos eleitorais dos candidatos. O financiamento público é uma pequena parcela dos fundos eleitorais e a maior parte dos recursos obtidos pelos candidatos é oriunda da iniciativa privada. Os investimentos de grandes quantias de recursos financeiros por parte da iniciativa privada encarecem as campanhas, geram corrupção, comprometem a democracia e perpetuam a desigualdade de influência entre candidatos que têm muito e os que têm poucos recursos.

Muitos dos candidatos que têm poucos recursos são mulheres. Isso pode justificar o porquê às vereadoras entrevistadas enxergam o financiamento público de campanha como uma saída para um processo político mais democrático, que contribua para a diminuição da sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Considerando que o financiamento é um fator decisivo nas eleições. Podemos observar que as cotas dentro ou fora dos partidos não são suficientes para que haja um sistema democrático responsivo a todos os cidadãos. Como destaca SACCHET E SPECK:

Os gastos excessivos de campanha e o desequilíbrio existente entre o financiamento dos candidatos contribuem para criar um corpo específico de legisladores, excluindo aqueles com baixo capital financeiro ou com menos acesso as redes de financiadores prósperos, e tem, portanto, consequências lesivas para a construção da agenda política e para as políticas públicas. A democracia não alude apenas às oportunidades iguais de voto, mas também à equalização das oportunidades de disputa eleitoral entre os cidadãos. Assim, ela pressupõe o estabelecimento de regras claras que controlem, ou amenizem ao menos, a influência do poder econômico nas chances de sucesso eleitoral dos candidatos, e conseqüentemente, na agenda das políticas públicas. (SACCHET; SPECK, 2010, p. 27)

Sobre aspectos referentes ao mandato dentro da Câmara Legislativa de Salvador as três vereadoras também mencionaram a existência de preconceito dos políticos homens para com as vereadoras mulheres. Elas relataram que existe sim machismo na casa legislativa da cidade,

porém o preconceito acontece de forma sutil através de pequenas ações ou comentários que buscam intimidar e até mesmo inferiorizar as vereadoras.

De acordo com DRUMONT (1980, p. 81) [...] o machismo é definido com um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher.

Durante muitos anos o machismo convenceu as mulheres de que a política não era lugar para elas e até hoje percebemos a tentativa de limitar a área de atuação das mulheres ao mundo privado (a casa/o lar). O machismo sofrido pelas vereadoras dentro da Câmara Legislativa de Salvador nada mais é do que uma tentativa dos homens em mostrar para aquelas mulheres que elas não pertencem a aquele lugar e que as suas ações naquele espaço não serão contempladas. O machismo presente na Câmara é um preconceito velado, ou seja, é sutil, quase imperceptível. Preconceitos não explícitos são ainda mais perigosos, pois eles estão embutidos em pequenas ações e quase nunca assumidos por quem os comete. O tornando ainda mais difíceis de serem combatidos.

Dentro da Câmara Legislativa de Salvador o preconceito foi colocado como um empecilho para se exercer o mandato. A Vereadora 1 salientou que existia a priorização da fala ou de ocupação de cargos por vereadores homens em detrimento de algumas mulheres. Quando um vereador homem e uma vereadora mulher pediam a palavra era priorizada a fala do homem, chamam as mulheres de “O líder” quando estas estão em posição de liderança. Segundo ela é necessário que as mulheres estejam sempre lembrando: “Presidente retire o que o senhor disse, é a líder, são mulheres” ou “por que não me deu a palavra? Eu pedi primeiro presidente!”.

Além do machismo pontuado por todas as entrevistadas, existem outros problemas que impedem o exercício do mandato das vereadoras, como por exemplo: O funcionamento autocrático e autoritário da Câmara, ou seja, a Casa legislativa de Salvador é subsidiária ao poder executivo e segundo a vereadora 01 existe uma cultura de aprovar mais projetos de interesse da prefeitura do que os projetos dos vereadores. Por haver uma bancada de vereadores ligada ao prefeito há politicamente uma retaliação aos vereadores de oposição. Existem dificuldades para a realização de debates e audiências públicas, a vereadora 01 enfatiza que muitos projetos de leis são votados “no escuro” sem qualquer discussão.

O aspecto financeiro não é um problema apenas durante a campanha eleitoral, mas também durante o exercício do mandato. O orçamento da Câmara é limitado. A Vereadora 3 destaca que quando se tem um mandato atuante a verba disponibilizada para certas ações junto a sociedade é muito pouca.

Durante o mandato as três vereadoras pensaram/defenderam projetos de lei para as mulheres, alguns projetos foram aprovados, outros não. Desta maneira podemos destacar o quanto é importante à existência de mulheres nos espaços de decisão para que essas defendam os interesses femininos. Porém vale ressaltar que nem sempre mulheres representam o interesse de outras mulheres e que os homens também podem ser importantes atores na construção de políticas para esse segmento social.

Para a elaboração de políticas que beneficiem as mulheres é necessário que exista a consciência de gênero entre homens e mulheres que legislam. O fato de ser mulher não é suficiente para despertar o interesse delas pela promoção de políticas para mulheres. ORSATO e GUGLIANO (2012, p. 23) frisam que a representação das mulheres no Parlamento não é importante apenas quantitativamente ou pelo fato da presença em si, mas pelo aspecto de que mais mulheres no poder fazem diferença na vida de outras mulheres, principalmente se essas forem feministas. Quando uma mulher é feminista subentende-se que ela luta pela superação da desigualdade de gênero. Logo contribui para a elaboração de políticas públicas que promovam mudanças na vida das mulheres.

Quando questionadas sobre os motivos da sub-representação da mulher na atualidade mais uma vez vêm à tona a questão do machismo na sociedade. As vereadoras concordam que a sub-representação política das mulheres vêm de um processo histórico. Entretanto, é destacado pela Vereadora 1 que as mulheres são sub-representadas em todos os lugares, não só na política.

A Vereadora 3 narra que até dentro do partido existe o machismo, de acordo com ela muitos homens não toleram ver as mulheres no mesmo patamar do que eles e acabam encarando o empoderamento das mulheres como uma disputa.

Levando em consideração o discurso das vereadoras e a literatura existente, é possível constatar que na nossa sociedade o machismo é o causador dos grandes empecilhos vividos pelas mulheres e está em todos os lugares: em casa, quando o marido não aceita dividir as tarefas domésticas; dentro dos partidos políticos; nos órgãos públicos e privados. Isso nos

mostra que o combate a esse tipo de preconceito deve acontecer em todos os níveis da sociedade, na esfera pública e privada.

A vereadora 2 expõe que mesmo vivendo em uma sociedade machista e patriarcal as mulheres não devem se acomodar, para ela é necessário uma formação política maior por parte dessas.

A formação política sugerida pela vereadora deveria ter acompanhando a luta do movimento feminista pelo direito ao voto. As mulheres se enganaram ao pensar que as portas do mundo político se abririam a partir do momento em que fosse conquistado o direito de votar. A sub-representação política das mulheres pode também ser considerada consequência de uma luta fragmentada na qual o direito político se resumiu ao direito ao voto. TABAK e TOSCANO (1982, p. 122-123) explicam que o direito ao voto foi só uma parte da luta pelos direitos políticos, para elas a segunda etapa da luta deveria ter consistido em um trabalho contínuo que se visa à abertura do sistema institucional para a mulher, inclusive nos altos escalões da vida política.

As vereadoras se consideram feministas. Elas concordam que o feminismo é fundamental para a existência de uma sociedade mais justa. Por elas são exaltadas as vitórias do movimento e é destacado pela Vereadora 3 que o movimento feminista é responsável por estimular a criação de outros movimentos de mulheres.

Para TABAK (2002, p.105), é importante conhecer a relação existente entre as parlamentares mulheres e as atividades desenvolvidas pelas organizações femininas que lutam em defesa da igualdade de gênero e por políticas que defendam interesses específicos das mulheres, já que a teoria democrática representativa implica que grupos como as mulheres estejam representadas no processo de decisão política.

Sendo assim é fundamental que as vereadoras Soteropolitanas se considerem feministas e estejam a par da importância e das reivindicações e ações desenvolvidas pelos coletivos de mulheres, pois é a partir da interação das mulheres parlamentares e desse segmento social que será formulado políticas que preservem os interesses das mulheres.

É interessante observar que para a Vereadora 1 o fato do Brasil ter uma presidente mulher mostra que nós estamos assumindo um protagonismo político. Entretanto, a Vereadora 3 considera que estamos muito atrasadas já que elegemos a primeira presidente Mulher do país após 151 anos de República.

Ao nos depararmos com uma mulher ocupando o mais alto cargo representativo no Brasil temos uma falsa sensação de igualdade política. As mulheres continuam sendo pouco valorizadas na sociedade e são sub-representadas na política brasileira. Como já destacado nesse trabalho no Brasil as mulheres são 8,6% na Câmara de Deputados e 16% no Senado.

As Vereadoras acreditam que as mulheres fazem a diferença na política devido a sua própria vivência em ser mulher na sociedade e principalmente no que diz respeito à formulação de políticas relacionadas aspectos sociais. De acordo com AVELAR (2001, p. 160) a experiência da mulher tanto no âmbito privado quanto na esfera pública é o que caracteriza o estilo feminino de fazer política. As mulheres levam para a esfera pública as suas demandas na vida privada, desta forma dão espaço para a discussão e formulação de políticas com temas que antes não eram pensados ou considerados relevantes por aqueles que faziam política. Isso significa que a inserção de mulheres na esfera pública ajuda a redimensionar os ramos políticos existentes.

Tanto a Vereadora 1 como a 3 acreditam que a divisão sexual do trabalho é um empecilho para a participação política da mulher, pois hoje em dia as mesmas tem dupla, tripla jornada. É colocado que geralmente as reuniões nos partidos acontecem à noite e uma mulher que tem de conviver com essa dupla/tripla jornada não consegue conciliar essa situação principalmente quando o companheiro dessa mulher não aceita deixar de ir à reunião para que a esposa possa participar da mesma.

A vereadora 3 destaca que muitas vezes dentro do partido existem homens que dificultam a participação política dessas mulheres, muitos tentam intimidá-las para que elas não falem em público, as colocam para fazer a ata da reunião com a desculpa de que as mulheres têm a letra mais bonita. Algumas mulheres acabam se condicionando a esse papel de coadjuvante como uma forma de não entrar em conflito.

Os entraves que impedem a atuação mais ampla das mulheres segundo a vereadora 2 é a falta de consciência política e por isso que ela defende a reforma política porque em sua opinião a mulher tem que saber como se inserir em determinados setores da sociedade. A mulher é maioria da população, maioria do eleitorado. Para ela é fundamental que as mulheres tenham uma participação maior dentro do processo político.

Sendo assim se faz necessário que as mulheres se coloquem enquanto categoria tendo um posicionamento na condição de grupo social. De acordo com SCOTT (2005, p.13) os

indivíduos só serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) quando os grupos dos quais eles fazem parte sejam igualmente valorizados. Enquanto o preconceito e a discriminação estiverem presentes na sociedade, os indivíduos não serão todos tratados de acordo com os mesmos critérios; a eliminação da discriminação requer atenção ao status econômico, político e social dos grupos.

É possível perceber que as vereadoras da esquerda política do Legislativo soteropolitano têm um histórico e opiniões bem parecidas quando o tema envolve democracia e gênero. É nítida a preocupação delas com ações que envolvam a mulher.

O machismo é um forte traço cultural da nossa sociedade e é tido como o causador dos empecilhos que afastam as mulheres da política. De acordo com elas alguns passos importantes devem ser tomados para o combate à sub-representação da mulher, como por exemplo: a reforma política, a disponibilidade de uma formação política interna para as mulheres nos partidos, ações mais eficientes do poder público (cumprimento da lei eleitoral), promoção da igualdade de gênero pelas mulheres que já ocupam um espaço no parlamento e a continuidade da luta do movimento feminista e outros coletivos de mulheres.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas sobre a presença e atuação das Vereadoras dos partidos da esquerda política na Câmara Legislativa de Salvador, que atuaram entre o período de 2009 até 2012, disponibilizadas neste trabalho mostram aspectos sobre a sub-representação da mulher, os empecilhos na inclusão e manutenção das mulheres no sistema democrático representativo brasileiro e o feminismo como uma significativa ideologia política das vereadoras. É importante salientar que esses aspectos sobre a sub-representação aqui dispostos são da realidade soteropolitana. Entretanto, a singularidade da Câmara Legislativa de Salvador dialoga com a realidade brasileira.

O condicionamento cultural sobre o comportamento de homens e mulheres na sociedade brasileira fortalece e perpetua a divisão sexual do trabalho. Os papéis sexuais são socialmente definidos, ocasionando para alguns as atividades que devem ser realizadas pelas mulheres e outras por homens. Dentro dessa perspectiva a política é vista como uma atividade masculina e que não deve ser desenvolvida por mulheres. Logo, o condicionamento cultural, ou seja, o machismo como aqui já citado por DRUMONT (1980, p. 81) como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher é a principal barreira que ocasiona a sub-representação das mulheres no mundo público.

Por trás da vereança das mulheres da esquerda política da cidade de Salvador, identificamos aspectos ideológicos que são decisivos na forma como as mesmas fazem política, principalmente no que diz respeito ao posicionamento delas em relação ao feminismo.

Por mais que se admita a importância da principal conquista das mulheres (o voto) no nosso sistema político, podemos destacar que os avanços na consecução dos direitos políticos femininos foram poucos. Além disso, no que diz respeito à representação das mulheres, podemos constatar que a presença delas nos cargos eletivos não tem uma importância apenas quantitativa, mas em função do entendimento de que mais mulheres no poder fazem diferença para a vida das mulheres, principalmente se tiverem um pensamento feminista que visem à igualdade de gênero, assim como as vereadoras entrevistadas.

APÊNDICE 1- Roteiro de Entrevista

Primeira parte

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Número de mandatos exercidos:
- 4) Partido político a que pertence ou pertenceu:
- 5) Estado civil:
- 6) Atividade profissional que exerce:
- 7) Nível de instrução:

Segunda Parte: Características anteriores ao mandato

- 8) Como se deu a questão política na sua juventude?
- 9) Quando e como ocorreu o seu interesse por política?
- 10) Em que momento e porque optou por participar da eleição de vereadora?
- 11) O que fez você se associar ao partido?
- 12) O que você pensa sobre o partido?

Terceira Parte: Características Eleitorais

- 13) Existiu apoio do partido na campanha? Como ocorreu?
- 14) Houve dificuldades na campanha política? Quais?
- 15) As mulheres têm as mesmas oportunidades de financiamento de campanha que os homens?
- 16) Por ser mulher existiu algum privilégio no financiamento da campanha?

Quarta Parte: Características do mandato

- 17) Durante o mandato foi sentido algum tipo de resistência por parte dos políticos homens ou funcionários da Câmara Legislativa?
- 18) Durante o mandato você teve algum tipo de privilégios políticos homens ou funcionários da Câmara Legislativa pelo fato de você ser mulher?
- 19) Quais as dificuldades encontradas para exercer o seu mandato dentro da Câmara Legislativa?
- 20) Quais as facilidades encontradas para exercer o seu mandato dentro da Câmara Legislativa?

- 21) Algum projeto de lei relacionada à mulher foi pensado, encabeçado ou defendido por você durante o seu mandato? Qual? E por quê?

Quinta Parte: Representação feminina

- 22) Na sua opinião o que ocasiona a sub-representação feminina na atualidade?
- 23) Você se considera feminista? Por quê?
- 24) Como você vê a atuação do movimento feminista e as reivindicações das mulheres na sociedade?
- 25) Como você avalia a participação política das mulheres atualmente?
- 26) Existem entraves que impedem uma participação mais ampla das mulheres na política? Quais?
- 27) O fato de ser mulher influencia a sua atuação política? De que maneira?
- 28) O Que fazer para mudar o cenário de sub- representação das mulheres a nível nacional?

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Clara M. O. . **Cotas femininas e financiamento de campanha**. Cadernos ADENAUER (São Paulo), v. 1, p. 11-30, 2013.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite Política Brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora da UNESP, 2001.

_____, _____. (2002). **Mulher e política: o mito da igualdade**. Social Democracia Brasileira, Brasília, v. 1, n.2, pp. 40-54, mar. 2002.

BARREIRA, Irllys. A. F. . **Participação e reconhecimento: mapeando percepções de dirigentes partidárias**. In: 36 encontro anual Anpocs.GT15- Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia, 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 16 de maio de 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9100, 29 de setembro de 1995**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm> Acesso em 16 de maio de 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.504, 30 de setembro de 1997**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm> Acesso em 16 de maio de 2013.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico**. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

COSTA, A. A. A. . **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. 1. ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia/NEIM-UFBA, 1998. v. 1. 248p.

CHAIA, Vera . **A longa conquista do voto na história política brasileira**. São Paulo: Site da Fundação São Paulo, 2010 (Boletim).

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e oposição**. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DAHLERUP, Drude. **Increasing Women's Political Representation: New Trends in Gender Quotas.** In *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Suécia: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2005.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo.** In: *Perspectivas*, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, S. M. G. . **Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa** . *Cadernos de Psicologia e Educação - Paidéia*, USP - Ribeirão Preto São Paulo, v. 14, n.28, p. 139-152, 2004.

GODINHO, Tatau. **Ação afirmativa no partido dos trabalhadores.** *Estudos feministas*, ano 4, p. 148-157 ,1996.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **BRAZIL Câmara dos Deputados (Chamber of Deputies).** www.ipu.org.2013. Disponível em: <http://www.ipu.org/parline-e/reports/2043_A.htm>. Acesso em 16 de maio de 2013.

_____. **BRAZIL Senado Federal (Federal Senate).** www.ipu.org.2013. Disponível em: <http://www.ipu.org/parline-e/reports/2044_A.htm>. Acesso em 16 de maio de 2013.

_____. **Woman in National Parliaments.** www.ipu.org.2013. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010913.htm>> . Acesso em 16 de maio de 2013.

_____. **Woman in National Parliaments.** www.ipu.org.2013. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010913.htm>>. Acesso em 16 de maio de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Pesquisa Mensal de emprego- PME.**www.ibge.gov.br. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> . Acessado em 15 de junho de 2013.

JR., Merle David Kellerhals. **Clinton: participação política da mulher é vital para a democracia.** IIPDIGITAL, <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/article/2011/10/20111004095625x0.2798687.html#axzz2fPoJHVKx>> 04 de out. acessado em 25 de maio de 2013.

LOPES, Cláudio Bartolomeu. **Trabalho Feminino em Contexto Angolano: um possível caminho na construção de autonomia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC São Paulo, 2010.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MARTINS, H. H. T. S. . **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Educação e Pesquisa (USP), v. 30, p. 289-300, 2004.

MIGUEL, L. F.. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 15, n.44, p. 91-102, 2000.

MORAES, M. L. Q. . **Vinte anos de feminismo**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997 (Tese de livre-docência).

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor: Convenção nº 110, de 1951**. <http://www.oitbrasil.org.br>. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/445>>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação: Convenção nº 111, de 1958**. <http://www.oitbrasil.org.br>. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/472>>

ORSATO, A. ; GUGLIANO, A. A. . **A democracia desde a perspectiva de gênero: a representação política feminina na Assembléia Legislativa Gaúcha (1951-2011)**. In: 36 Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia. 36 Encontro Anual da ANPOCS, 2012. v. 1. p. 1-26. (2012)

PINTO, Celi Regina Jardim . **Feminismo, História e poder**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 15-23, 2010.

SACCHET, T. ; Speck, Bruno . **Financiamento Eleitoral e Representação Política no Brasil: o peso do dinheiro e o desequilíbrio de gênero nas esferas legislativas**. In: 34 Encontro ANPOCS, 2010, Caxambú. 34 Encontro Anula da ANPOCS, 2010. v.1. p. 1-29 (2010)

SANTOS, H et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999, [Relatório ONU].

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

SCOTT, Joan W.. **O enigma da igualdade**. Rev. Estud. Fem. 2005, vol.13, n.1, pp. 11-30. ISSN 0104-026X.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____, _____. **Mulheres Públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **No Brasil, 43% dos filiados a partidos políticos são mulheres**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: <<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=16796>> Acessado em 17 de julho de 2013.

_____. **Ordenamento por sexo, eleitorado apto para votar**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>> Acessado em 28 de maio de 2013.

_____. **Quantidade de candidatos a prefeitos eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/cargo.htm> Acessado em 28 de maio de 2013.

_____. **Quantidade de candidatos a vereador eleitos e não eleitos na Bahia, por sexo**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/cargo.htm. Acessado em 28 de maio de 2013.

_____. **Quantidade de candidatos a vereador eleitos e não eleitos em Salvador, por sexo**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_cand/partido_sexo.htm> Acessado em 17 de julho de 2013.

_____. **Vereador eleitos e Quantidade de votos dos vereadores em Salvador, por sexo**. <http://www.tse.jus.br/>. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm> Acessado em 17 de julho de 2013.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política Brasileira: a lei de cotas**. Brasília, 2008.

YANNOULAS, S. C. . **Dossiê Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**. 1. ed. Brasília: CFEMEA - FIG/CIDA, 2002. v. 1. 93p.